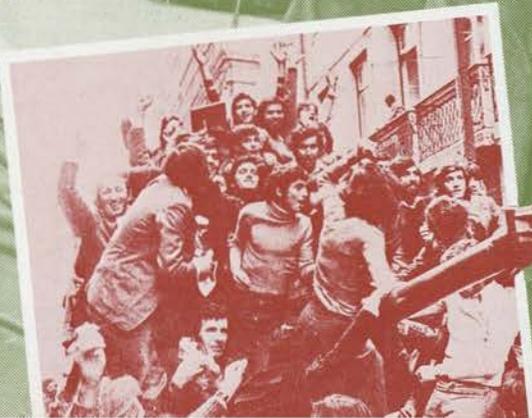


COMUNIDADES PORTUGUESAS



25 DE ABRIL



V ANIVERSÁRIO DO DIA DA LIBERDADE

EMISSÕES DE RÁDIO PARA PORTUGUESES NO ESTRANGEIRO

RADIODIFUSÃO PORTUGUESA — Departamento de Programas Internacionais
— Horário das Emissões (em língua portuguesa)

DESTINOS	Horas (TMG)	Frequências (KHz)	C. onda (metros)	DESTINOS	Horas (TMG)	Frequências (KHz)	C. onda (metros)
Venezuela (Segunda-feira a sábado)	00.00-02.30	11 875	25	Angola (Segunda-feira a sábado)	11.30-12.00	21 700 17 880	13 16
	(Domingos)	14.30-18.00 00.00-02.30	21 700 11 875		13 25	19.30-20.00	15 340 17 880
Estados Unidos da América, Canadá e Frota Bacalhoeira (Leste)	01.00-03.00	11 935 6 025	25 49	(Domingos)	11.30-12.00	21 700 17 880	13 16
	(Todos os dias) (Oeste)	03.30-05.00	11 935 6 025	25 49	18.45-19.30	15 340 17 880	19 16
Europa (Segunda a sexta-feira)	04.00-06.00	6 025 6 185 9 740	49 48 30	14.30-18.00	21 700	13	
	18.30-20.30	6 025 9 740	49 30	Moçambique (Segunda-feira a sábado)	12.00-12.30	21 700 17 880	13 16
	(Domingos e sábados)	08.00-18.00	6 025 11 800 9 740		49 25 30	20.00-20.30	15 340 17 880
	18.30-20.30	6 025 9 740	49 30	(Domingos)	12.00-12.30	21 700 17 880	19 16
18.30-20.30	6 025 9 740	49 30	19.30-20.15	15 340 17 880	19 16		
Macau, Timor e Austrália (Segunda-feira a sábado)	09.55-10.55	21 700 21 735	13 13	14.30-18.00	21 700	13	
	(Domingos)	09.25-10.55	21 700 21 735	13 13	Guiné e Cabo Verde (Segunda-feira a sábado)	13.30-14.00	21 495 15 125
S. Tomé e Príncipe (Segunda-feira a sábado)	11.00-11.30	21 700 17 880	13 16	(Domingos)		13.30-14.00	21 495
	19.00-19.30	15 340 17 880	19 16	20.15-21.00	15 125	19	
	(Domingos)	11.00-11.30	21 700 17 880	13 16	14.30-18.00	21 700	13
18.00-18.45	17 880 15 340	16 19	Índia (Segunda-feira a sábado)	15.00-15.45	17 895	16	
14.30-18.00	21 700	13		Brasil (Segunda-feira a sábado)	22.30-01.00	9 635 11 840	31 25
			(Domingos)		14.30-18.00	21 700 15 125	13 19
				22.30-01.00	9 635 11 840	31 25	



**PUBLICAÇÃO MENSAL
DA SECRETARIA DE ESTADO
DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
E DA EMIGRAÇÃO**

Direcção

Manuel Árias
Director do Serviço
de Informação e Apoio Cultural

Edição

Serviço de
Informação e Apoio Cultural

Sede

Ministério
dos Negócios Estrangeiros
Palácio das Necessidades, 1.º Piso
Largo do Rilvas
1354 Lisboa CODEX — Portugal
Telefs. 67 67 00/1/2

Composição e impressão

Casa Portuguesa
R. das Gáveas, 109
1200 Lisboa - Portugal
Telefs. 36 67 76/77

EDIÇÃO EUROPA

Commission paritaire n.º 3331 P

Representante

Embaixada de Portugal
Serviço de Programação e Apoio
6, Passage Dombasle
75015 - Paris - França
Telefs. 533 95 95 e 533 96 96

Distribuição

França, R. F. A., Bélgica, Lux.,
Holanda, Suíça, Inglaterra

Preços

França — 4 FF
R.F.A. — 2 DM
Bélgica — 35 FB
Luxemburgo — 32 FL
Holanda — 2 FLS
Suíça — 2 FS
Inglaterra — 50 P

Capa:

Montagem gráfica a partir de uma foto que documenta o cerco ao quartel do Carmo, em Lisboa, no dia 25 de Abril de 1974. O relógio de estúdio e o microfone, ao centro, evocam o importante papel que, naquela data, a Rádio desempenhou no âmbito do Movimento das Forças Armadas: efectivamente, foi às 0 horas e 29 minutos que, durante a emissão do programa «Limite» na Rádio Renascença, o locutor Leite de Vasconcelos difundiu a senha para o início das operações militares que conduziram ao triunfo do MFA. A referida senha era constituída pela leitura dos versos introdutórios da canção «Grândola, Vila Morena», da autoria de José Afonso. No decurso das operações militares, as forças do Movimento contaram com o espontâneo e entusiástico apoio que lhes foi dispensado pela população da capital.

Colaboração fotográfica:

Agência ANOP, «A Capital», «Diário de Notícias», Direcção-Geral de Divulgação, António Manuel, Alfredo Cunha, Carlos Gil e Fernando Baião.

No Próximo Número:



O terceiro aniversário da promulgação da Constituição foi comemorado na Assembleia da República, constituindo um dos temas em destaque no próximo número.



A visita de Estado que o Presidente Ramalho Eanes efectuou a três países do Leste Europeu — Bulgária, Roménia e Hungria — é outro dos assuntos em relevo no noticiário do nosso número de Maio.



25 DE ABRIL 1974 1979

Há cinco anos, a eclosão do Movimento das Forças Armadas, em 25 de Abril de 1974, marcou o início do processo de democratização do País e a abertura de uma nova página na História do Portugal contemporâneo, caracterizada por um conjunto de profundas alterações políticas, sociais e económicas.

O 5.º aniversário do «Dia da Liberdade» foi agora comemorado, a nível nacional, através de inúmeras iniciativas promovidas por entidades oficiais, autarquias, partidos políticos, colectividades e associações populares. As actividades realizadas — nomeadamente as de carácter cultural, artístico e desportivo — contaram ainda com a colaboração da comissão oficial e organizações não-governamentais ligadas às comemorações do Ano Internacional da Criança.

Presidida pelo major Vasco Lourenço, membro do Conselho da Revolução, a Comissão Organizadora das Comemorações do Dia da Liberdade — nomeada anualmente — foi constituída pelo ministro adjunto do Primeiro-ministro, dr. Álvaro Monjardino, pelo ministro da Administração Interna, coronel Gonçalves Ribeiro, pelo ministro da Educação e Investigação Científica, dr. Valente de Oliveira, pelo ministro da Comunicação Social, dr. Proença de Carvalho, pelo secretário de Estado da Cultura, dr. David Mourão-Ferreira, pelo secretário de Estado da Juventude e Desportos, tenente-coronel Bancelar Begonha, pelo secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, dr. Xavier de Basto, pelo presidente da Câmara Municipal de Lisboa, eng. Aquilino Ribeiro Machado, e pelo almirante Dias Martins, adjunto do E.M.G.F.A.



Carros de combate defendem os acessos ao Terreiro do Paço, em Lisboa, na manhã do dia 25 de Abril; em baixo, diversos populares destruindo viaturas pertencentes ao jornal «Época», porta-voz e acérrimo defensor do regime deposto.

Na passagem deste 5.º aniversário do 25 de Abril, recordamos aqui, na íntegra, a histórica proclamação do Movimento das Forças Armadas, que assinalou o triunfo da liberdade e da democracia em Portugal:

«Considerando que, ao fim de treze anos de luta em terras do Ultramar, o sistema político vigente não conseguiu de-

finir, concreta e objectivamente, uma política ultramarina que conduza à paz entre os Portugueses de todas as raças e credos;

Considerando o crescente clima de total afastamento dos Portugueses em relação às responsabilidades políticas que lhes cabem como cidadãos, e o crescente desenvolvimento de uma tutela de que resulta constante apelo a deveres com paralela denegação de direitos;

Considerando a necessidade de sanear

as instituições, eliminando do nosso sistema de vida todas as ilegitimidades que o abuso do poder tem vindo a legalizar;

Considerando finalmente que o dever das Forças Armadas é a defesa do País, como tal se entendendo também a liberdade cívica dos seus cidadãos;

O Movimento das Forças Armadas, que acaba de cumprir com êxito a mais importante das missões cívicas dos últimos anos da nossa História, proclama à Nação



À esquerda, em cima, duas imagens referentes às tentativas de mediação levadas a cabo pelo ex-director-geral da Informação, Feitor Pinto, com o objectivo de garantir a integridade física de Marcelo Caetano, que se refugiara no Quartel do Carmo, acompanhado por alguns dos membros do seu Governo. Após o general Spínola ter recebido a rendição do ex-presidente do Conselho, este abandonou o Quartel, sob prisão, numa viatura blindada. Horas depois, Marcelo Caetano (acompanhado por sua filha, Américo Tomás e Moreira Baptista, nomeadamente) encontrava-se já na Madeira, para onde foi enviado em avião militar, sob escolta. Na foto da direita, em cima, o general Spínola anuncia ao País, pela RTP, o texto da proclamação da Junta de Salvação Nacional, na madrugada de 26 de Abril. Nas suas linhas gerais, a referida proclamação baseava-se no Programa do MFA.

a sua intenção de levar a cabo, até à sua completa realização, um programa de salvação do País e de restituição ao Povo Português das liberdades civicas de que vem sendo privado. Para o efeito, entrega o Governo a uma Junta de Salvação Nacional a quem exige o compromisso, de acordo com as linhas gerais do Programa do Movimento das Forças Armadas que, através dos órgãos informativos, será dado a conhecer à Nação, de no mais curto

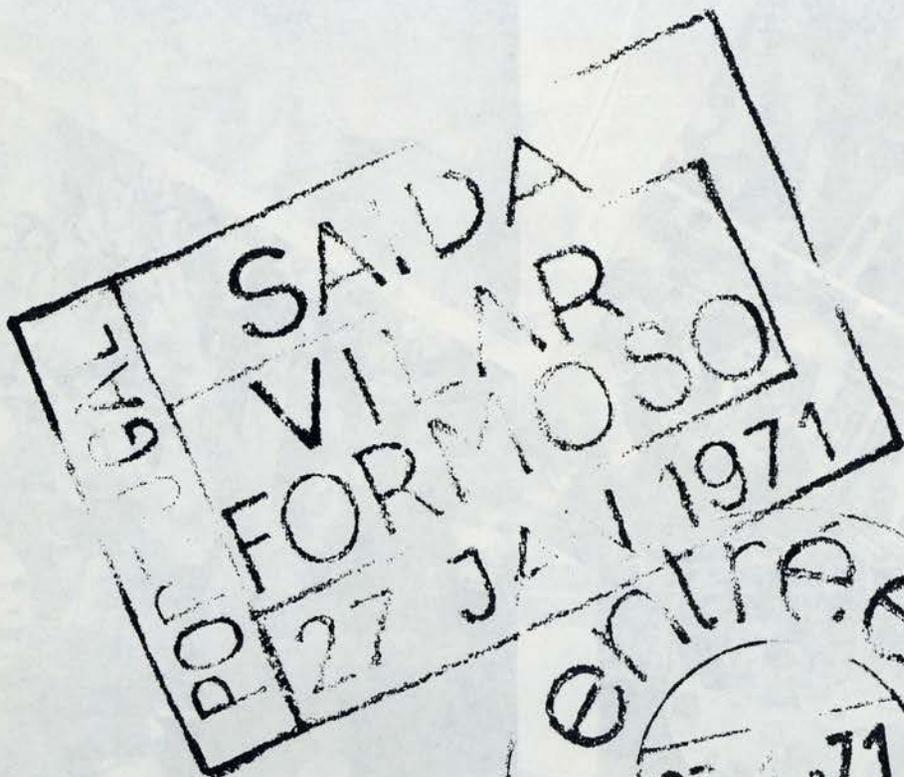
prazo consentido pela necessidade de adequação das nossas estruturas, promover eleições gerais de uma Assembleia Nacional Constituinte, cujos poderes, por sua representatividade e liberdade na eleição, permitam ao País escolher livremente a sua forma de vida social e política.

Certos de que a Nação está connosco e que, atentos os fins que nos presidem, aceitará de bom grado o governo militar que terá de vigorar nesta fase de tran-

sição, o Movimento das Forças Armadas apela para a calma e civismo de todos os Portugueses e espera do País adesão aos poderes instituídos em seu benefício.

Saberemos deste modo honrar o passado no respeito pelos compromissos assumidos perante o País e por este assumido perante terceiros. E ficamos na plena consciência de haver cumprido o dever sagrado da restituição à Nação dos seus legítimos e legais poderes».

também passámos a fronteira



**a império a maior companhia de seguros
portuguesa há sete anos em França**

Para o ajudar a construir um futuro.

Para que possa realizar-se sentindo-se
firmado na vida.

Para encontrar em si próprio
e no seu seguro de vida um apoio importante.



AO SEU SERVIÇO

IMPÉRIO
a sua seguradora

105, Rue du Faubourg Saint-Honoré 75008 PARIS - Tél. 260 33 18



Assembleia da República: a bancada do Governo, com o Primeiro-ministro ao centro, após o anúncio dos resultados da votação sobre as propostas do Orçamento e Plano para 1979, apresentadas pelo Executivo e rejeitadas pelos parlamentares. O general Ramalho Eanes voltaria, entretanto, a manifestar a sua confiança no elenco governamental chefiado pelo prof. Mota Pinto.



IV GOVERNO CONSTITUCIONAL CONTINUA EM FUNÇÕES

O Presidente da República, general Ramalho Eanes, não aceitou o pedido de demissão que lhe foi apresentado pelo Primeiro-ministro, prof. Mota Pinto, na sequência da rejeição, pela Assembleia da República, das propostas de lei governamentais referentes ao Orçamento Geral do Estado para 1979 e às Grandes Opções do Plano. Num comunicado da Presidência da República, distribuído após a audiência que o Chefe de Estado concedeu ao Primeiro-ministro, acentuava-se que, «tendo em atenção

a situação política e económica do País e por considerar globalmente meritórios o programa e a actuação do Governo», o general Ramalho Eanes entendeu «não dever aceitar o pedido de demissão» formulado pelo prof. Mota Pinto.

Assim, o IV Governo Constitucional continua em funções e deverá apresentar à Assembleia da República, em data próxima, novas propostas de lei do Orçamento e do Plano.

Portugal Hoje passámos a Monteiro

8



O presidente do PSD, Sá Carneiro, ao discursar na Assembleia, anunciando a orientação de voto adoptada pelo seu partido; na sua intervenção final, o Primeiro-ministro defendeu, uma vez mais, as propostas governamentais referentes ao Orçamento e Plano; no decurso da votação notou-se a ausência de grande parte dos deputados sociais-democratas.

No decurso do debate parlamentar que determinou a não aprovação das propostas do Executivo, estiveram particularmente em foco três questões: o possível lançamento de um novo imposto sobre os rendimentos de trabalho — vulgarmente designado como «imposto sobre o 13.º mês» —, a aplicação da Lei das Finanças Locais e o estabelecimento de um limite de 18 por cento para os aumentos salariais durante o corrente ano.

Na alocução que pronunciou na última sessão deste debate, o Primeiro-ministro defendeu as propostas governamentais do Orçamento e do Plano, tendo sublinhado, a dado passo, que o Executivo não pres-

cindia do aumento do novo imposto e reivindicava «a coragem e o mérito de não virar a cara às responsabilidades», dado que, conforme acentuou, «as despesas correntes têm de ser cobertas com receitas correntes e não com empréstimos» e que «só uma austeridade concreta, e não a das palavras, poderá permitir a recuperação». Mota Pinto recusou ainda a alteração do limite de 18 por cento para os aumentos salariais e uma aplicação incondicional da Lei das Finanças Locais, embora tenha manifestado, quanto a esta última questão, o desejo de atender, na medida do possível, às necessidades das autarquias locais, dada a importância

destas para uma efectiva descentralização democrática do poder.

Nas suas intervenções, Acácio Barreiros (UDP) e Carlos Brito (PCP) anunciaram as decisões dos respectivos partidos de votar contra as propostas de lei apresentadas pelo Governo. Lucas Pires (CDS) declarou, por seu lado, que os deputados favoravelmente votariam a favor das duas propostas, enquanto o PS, através de António Guterres, anunciava que votaria contra o Plano e se absteria no Orçamento.

Depois de uma longa reunião do grupo parlamentar do PSD, o presidente deste partido, Sá Carneiro, anunciou que os deputados sociais-democratas só votariam favoravelmente as propostas governamentais — nomeadamente a do Orçamento — se o Executivo se comprometesse a «eliminar o novo imposto sobre os rendimentos do trabalho, ou seja, sobre o 13.º mês, derrubar o tecto de 18 por cento como limite máximo do aumento da massa salarial e aplicar totalmente a Lei das Finanças Locais». Como referimos atrás, estas condições não foram aceites pelo Primeiro-ministro.

Entretanto verificar-se-ia que a orientação de voto expressa por Sá Carneiro não obtivera o acordo da totalidade dos deputados do PSD, uma vez que, no momento da votação, se notou a ausência da maioria dos parlamentares daquele partido, registando-se ainda, entre aqueles que participaram no sufrágio (32 num total de 73), alguns votos favoráveis ao Governo. Os restantes deputados sociais-democratas abstiveram-se, adoptando a orientação preconizada pelo presidente do seu partido.

Uma vez efectuada a contagem e divulgados os resultados das votações constatou-se que as propostas do Governo haviam sido derrotadas: o Orçamento registou 43 votos favoráveis, 46 contra e 116 abstenções; o Plano teve 40 votos a favor, 135 votos contra e 30 abstenções.

Assim, votaram a favor do Orçamento os deputados do CDS, cinco do PSD e o independente Vasco da Gama Fernandes. O grupo parlamentar do PCP, o representante da UDP e os independentes Brás Pinto, Lopes Cardoso, Vital Rodrigues, Carmelinda Pereira e Aires Rodrigues votaram contra. Os deputados do PS e cerca de metade dos parlamentares do PSD abstiveram-se.

A favor do Plano votaram os deputados do CDS, dois do PSD e o independente Vasco da Gama Fernandes. PS, PCP, UDP e os cinco independentes acima referidos votaram contra. Abstiveram-se 30 parlamentares do PSD. ■

3.º CONGRESSO DO PS

Decorreu em Lisboa, no Pavilhão dos Desportos, o 3.º Congresso do Partido Socialista, que reuniu cerca de mil delegados e uma centena de convidados nacionais e estrangeiros. Os documentos debatidos — o relatório do secretário-geral, Mário Soares, e o texto programático intitulado «Dez anos para mudar Portugal — Proposta do PS para os anos 80» — foram aprovados pela grande maioria dos participantes, tendo ainda sido eleitos os membros dos órgãos dirigentes do partido.



O secretário-geral do PS, Mário Soares, foi reconduzido no cargo por votação quase unânime dos delegados presentes neste 3.º Congresso do partido.

A abertura dos trabalhos do Congresso foi marcada por uma intervenção de António Macedo, presidente do Partido Socialista. A seguir, o secretário-geral, Mário Soares, iniciou a leitura do seu relatório «Confiar no PS — Apostar em Portugal», no qual se salientava que o PS, embora não defenda a realização de eleições gerais antecipadas ou intercalares, se encontra preparado para as disputar. «É necessário que o Governo não abuse dos seus poderes e tome em consideração a advertência que daqui lhe fazemos», afirmaria o secretário-geral do PS, acrescentando que a condenação da política seguida pelo Governo de Mota Pinto deverá materializar-se nos próximos debates parlamentares.

Mais adiante, Mário Soares considerou que se assiste presentemente a uma subtil viragem política na sociedade portuguesa, cujos primeiros sinais foram a coligação do PCP com o PSD e outras forças da oposição para derrubar o primeiro Governo Constitucional e «a imposição feita pelo Presidente da República de não permitir a formação de um Governo sem uma maioria estável e coerente na Assembleia». A este propósito, o secretário-geral do PS acentuaria que o Presidente da República, «num regime semipresidencialista

como o nosso, deverá limitar-se a ser um árbitro e moderador da vida política».

Revisão Constitucional

Ao abordar a questão da revisão constitucional, Mário Soares condenou energicamente aqueles que defendem a realização de um referendo, acentuando que a revisão só poderá ser efectuada a partir da segunda legislatura e através da iniciativa dos grupos parlamentares. A verificar-se uma decisão prematura neste domínio — acentuou —, ela poderia causar «uma ruptura de consequências imprevisíveis».

O sector da comunicação social foi também analisado neste relatório do secretário-geral do PS, que se referiu à existência de «uma central de intoxicação que funciona com largos meios de apoio e coordenadamente contra a democracia, contra o 25 de Abril e, em especial, contra o PS».

«Dez anos para mudar Portugal»

Os debates realizados neste Congresso tiveram por base não apenas o relatório do secretário-geral do PS, mas também o documento intitulado «Dez anos para mudar Portugal — Proposta do PS para os anos 80», texto em que se analisa a situação do nosso País nos planos económico, social e político, e se apresenta a proposta de acção do PS, «um projecto de sociedade

autónomo e inovador», assente, designadamente, nos seguintes objectivos: consolidar o Estado democrático; atingir o pleno emprego, modernizar a economia e integrar Portugal na Europa; optar por um modo de vida em sociedade; valorizar as comunidades de portugueses no estrangeiro; e garantir a intervenção dos trabalhadores na construção do socialismo.

A parte final do 3.º Congresso do PS, ao qual assistiram muitos convidados representando diversas organizações e partidos políticos estrangeiros, foi preenchida com as votações da lista única apresentada para os órgãos dirigentes do partido, nomeadamente para a Comissão Nacional, tendo esta obtido uma maioria confortável (651 votos a seu favor, 211 contra e 105 brancos e nulos). Mário Soares foi, simultaneamente, reconduzido no cargo de secretário-geral do partido, por votação quase unânime. ■



A PRODUÇÃO E O CONSUMO DE LEITE

Embora a produção nacional de leite tenha vindo a aumentar, a quantidade produzida não é ainda suficiente para as necessidades dos portugueses, motivo pelo qual tem sido necessário recorrer à importação (8,5 milhões de litros em 1978).

Por outro lado, a lavoura nacional tem vindo a aperfeiçoar os métodos produtivos, de modo a atingir, na década de 90, uma produção anual de 1,2 biliões de litros, valor muito significativo e que nos aproximará das taxas de consumo de leite dos outros países europeus.



Confirmando a tendência crescente verificada nos últimos anos, a produção de leite controlado atingiu no ano de 1977 o montante de 361 milhões de litros, e no ano passado ultrapassou largamente a marca de um milhão de litros por dia, tendo-se registado mais de 333 milhões de litros nos primeiros nove meses desse ano.

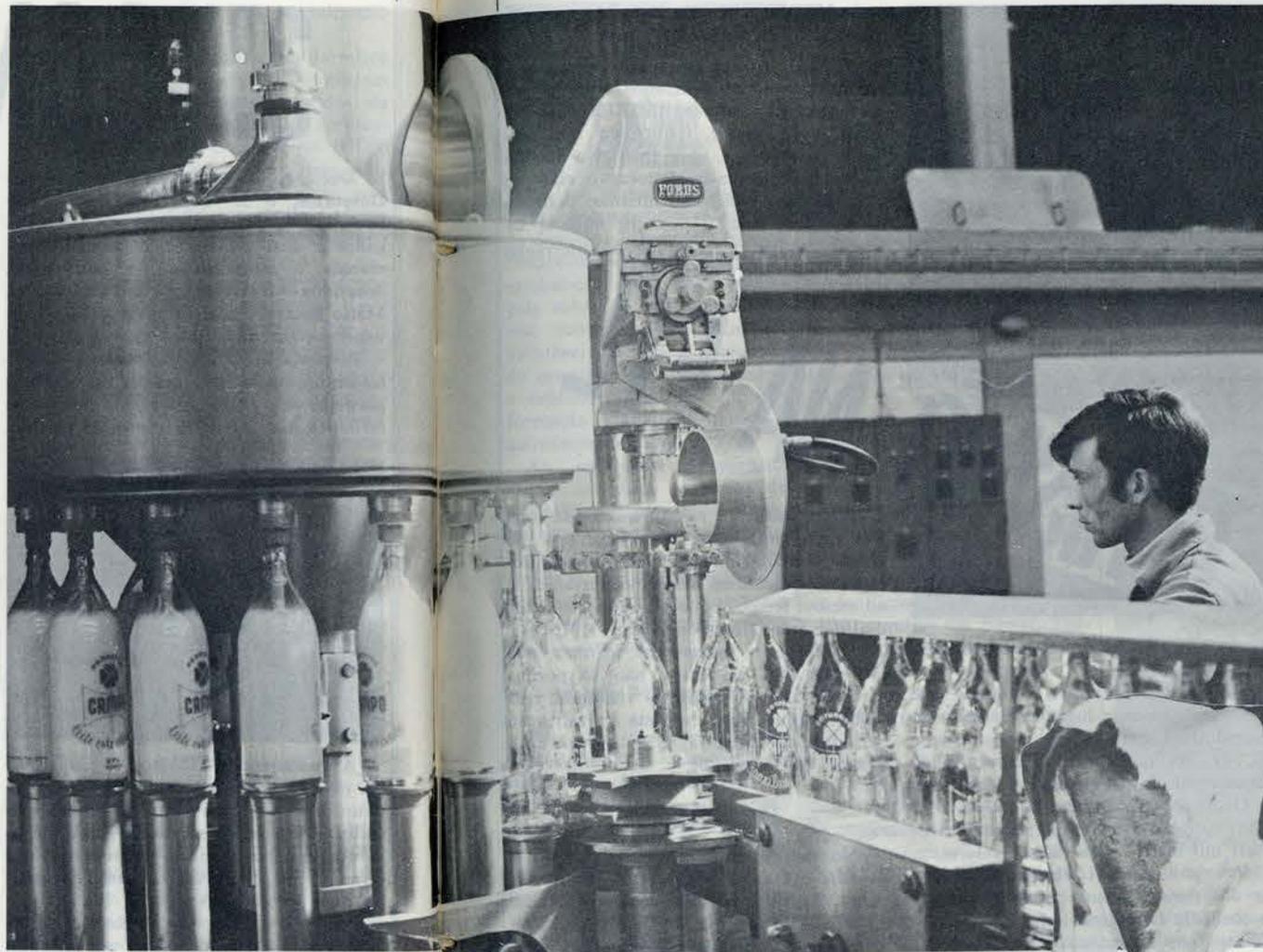
Apesar deste alto índice produtivo, o consumo de leite por parte dos quase dez milhões de portugueses é ainda inferior, sete a oito vezes, ao consumo verificado noutros países europeus.

Paralelamente, a produção de manteiga atingiu valores nunca alcançados (mais de 2100 toneladas em 1977), registando nova subida nos nove primeiros meses do ano passado (mais 35 por cento que em 1977). Subiu igualmente a produção de queijo (que passou de 6600 para 12800 toneladas entre 1974 e 1977) e dos outros derivados do leite.

O berço do cooperativismo leiteiro

Para o aumento verificado muito contribuiu a região de Entre-Douro e Mondego, que possuindo o maior número de cooperativas leiteiras e sendo a região que mais leite produz, é ainda o berço e o centro do cooperativismo leiteiro no País.

Foi aí que surgiram, em 1924, as duas primeiras cooperativas de leite — a de Sanfins e a do Vale do Vouga — e, em 1962, a União de Cooperativas de Lactínios de Entre-Douro e Vouga. Mais tarde, em 1971, este poderoso movimento de produtores de leite alargou-se à bacia do Mondego, passando a denominar-se União das Cooperativas de Produtores de Leite de Entre-Douro e Mondego (LACTICOOP). Com 14 cooperativas associadas e outras em regime de cooperação espe-



cial, a LACTICOOP, com mais de vinte mil produtores (possuindo trinta mil vacas e 500 postos de recolha de leite), movimenta quase 110 milhões de litros de leite por ano, 35 por cento dos quais são enviados para a região de Lisboa.

Na zona de Estarreja, Murtosa, Ovar, Águeda, Oliveira de Azeméis e Albergaria-a-Velha, situa-se a segunda cooperativa leiteira do País, a PROLEITE, que, com onze mil associados, movimenta anualmente cerca de 38 milhões de litros, recolhidos em 300 salas (individuais e colectivas) de ordenha mecânica.

As zonas de produção

As zonas já citadas e a do Minho fornecem, no seu conjunto, cerca de 65

por cento da produção total do País. A seguir vem a Estremadura com 16,2 por cento e, no fundo da tabela, o Algarve (com 1,4 por cento) e trás-os-Montes (com menos de um por cento).

O concelho de Barcelos, o primeiro produtor do Minho em quantidade e qualidade, com 24 milhões de litros, deve o seu aumento de produção anual ao incremento das salas colectivas de ordenha mecânica (160 salas no concelho) e à reconversão do gado bovino.

Na zona de Portalegre, onde predomina o minifúndio, a recolha organizada de leite começou em 1970, com sete milhões de litros, tendo ultrapassado os 14 milhões, no ano findo.

Quanto às regiões autónomas, a contribuição dos Açores atingiu 27 por cento da produção nacional (a lavoura de S. Mi-

guel recolheu mais de 100 milhões de litros de leite), e a da Madeira, um por cento do total (800 mil litros por ano).

O apuramento das raças leiteiras

Um factor que tem grande influência no aumento da produção leiteira, é o apuramento de raças. Neste domínio, a Estação de Estudos de Reprodução Animal

tem contribuído imenso para promover a melhoria genética das espécies animais, através da inseminação artificial e do controlo da fertilidade. No caso dos bovinos leiteiros, o número de vacas inseminadas artificialmente foi, em 1976, superior a 111 mil (correspondendo a 50 por cento do total existente nesse ano).

A referida Estação mantém ainda um banco de sêmen com uma produção de 200 mil doses de diferentes raças nacionais e estrangeiras, o que constitui reserva valiosa para o fomento da bovinicultura nacional.

Problemas a resolver

Para aumentar ainda mais a produção de leite, torna-se necessário encontrar a solução para outras dificuldades, como a da forma de exploração da terra, repartida em minifúndios em muitas regiões do País. Não é fácil incrementar uma produção que, como a do leite, se baseia em explorações familiares, e é feita por pessoas normalmente idosas que não dispõem de mais de 2 ou 3 vacas.

Por outro lado, é urgente alargar as zonas de culturas forrageiras (os azevães,



os milharados e os trevos), de modo a armazenar maiores quantidades e a prescindir, tanto quanto possível, da importação de alimentos compostos.

Por fim, há também que resolver o problema da articulação com o sector industrial e encontrar uma solução para as flutuações sazonais de uma agro-pecuária que se encontra ainda pouco desenvolvida no nosso País. ■



FEIRAS DE TURISMO NA FIL

«FILTEL»: campismo e caravanismo

Os responsáveis pela promoção do turismo encontram-se empenhados em desenvolver um turismo de qualidade que traga anualmente ao nosso País, muito em breve, mais de cinco milhões de visitantes. Para se atingir tal objectivo, muito contribuíram as Feiras de Turismo ultimamente levadas a efeito na Feira Internacional de Lisboa, pela Associação Industrial Portuguesa.

As últimas estatísticas divulgadas pela Direcção-Geral de Turismo, revelaram que, no ano findo, se registaram quase 3,5 milhões e meio de entradas de estrangeiros em Portugal, número muito significativo pois representa um acréscimo de 14,4 por cento em relação ao ano de 1977 (quase três milhões de entradas). Mais de metade dos estrangeiros (51,7 por cento) foram espanhóis, tendo-se repartido a outra metade por ingleses (9,6 por cento), alemães ocidentais (7,6 por cento), franceses e outras nacionalidades. Acrescenta-se ainda que a maior parte dos nossos visitantes entrou pelas fronteiras terrestres (63,1 por cento), cabendo aos aeroportos apenas 28,1 por cento do total.

Dos dois importantes certames que recentemente tiveram lugar na Feira Internacional de Lisboa (FIL), salientou-se a «FILTEL 79», que constituiu o «2.º Salão Internacional de Equipamento Hoteleiro e de Ocupação dos Tempos Livres».

A exposição estendia-se por uma área de seis mil metros quadrados, onde cerca de 160 expositores e 1500 agentes de viagens dos mais diversos países tiveram a oportunidade de mostrar a mais de 200 mil visitantes um conjunto de serviços relacionados com o Turismo e os Tempos Livres: campismo, caravanismo, navegação e recreio, desporto e equipamentos para a hotelaria, e aspectos relacionados com a formação profissional no sector.

Na delegação portuguesa teve lugar de relevo a apresentação das empresas de equipamento para hotelaria e de artigos para campismo, que, nos últimos anos, devido à intensificação da procura, se viram pressionadas a um grande desenvolvimento.

No que respeita à indústria de campismo e caravanismo, deve referir-se que, como um número crescente de pessoas tem procurado passar as suas férias mais economicamente, as cartas de campismo conheceram uma rápida evolução. Assim, de um total de 18 mil cartas existentes em 1970, passou-se para cerca de 75 mil no ano findo.

«MEDITOUR 79»: Bolsa de Turismo do Mediterrâneo

Na FIL realizou-se a «Primeira Bolsa de Turismo do Mediterrâneo e dos países da América Latina» (MEDITOUR-79). Com este certame, traduzindo um projecto português e uma iniciativa inédita no País, pretendia-se deslocar o eixo de actuação das bolsas de turismo, partindo do facto de que existem 10 milhões de camas na área turística do Mediterrâneo e nos países ibero-americanos.

NA FIL

Neste sentido, e porque a referida zona tem uma capacidade de oferta fora do vulgar, a MEDITOUR-79 surgiu para promover o turismo na bacia mediterrânica e, ao mesmo tempo, deslocar o turismo mundial das áreas tradicionais.

A concluir, poderemos afirmar que esta feira foi um êxito, não só porque cerca de 130 mil pessoas a visitaram, mas ainda porque ficou prevista a realização periódica da «MEDITOUR» em Portugal, de dois em dois anos.

Outras exposições

No ano corrente, estão ainda previstas na FIL outras importantes feiras e certames. Assim, depois da recente realização da «FILTEXTIL/FILMODA», uma feira virada para a divulgação dos têxteis portugueses nos mercados internacionais, terá lugar, de 27 de Abril a 6 de Maio o primeiro salão internacional de infância e juventude «JUVENTUS-79». O programa deste ano inclui ainda a 20.ª Feira Internacional de Lisboa, o mais antigo e prestigiado certame nacional, este ano subordinado ao tema «Uma feira profissional com dimensão mundial» (de 1 a 10 de Junho). Entre 28 de Setembro e 7 de Outubro haverá mais outra edição da «INTERCASA», feira dedicada à decoração e ao mobiliário. Em Novembro (de 2 a 11), terá lugar a «FILAGRO/VINIFIL», cujo objectivo é mostrar as actividades agrícolas, essencialmente as do sector vinícola, e ainda a produção nacional de alfaias agrícolas. Por último, de 4 a 9 de Dezembro, a «IBERIA-79» procurará fomentar o intercâmbio comercial e industrial entre Portugal e a Espanha. ■

APOIO ÀS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS

No seu plano de actividades para o ano em curso, o Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas Industriais (IAPMEI) estabeleceu cinco áreas principais sobre as quais incidirá o seu programa de actuação: assistência técnica e promoção do investimento; financiamento e crédito; informação técnica; formação e aperfeiçoamento e assistência tecnológica.

As empresas actualmente abrangidas pelos esquemas do IAPMEI pertencem aos seguintes sectores económicos: indústrias alimentares e de bebidas; têxteis e confecções; calçado e curtumes; madeiras, mobiliário e cortiças; metalomecânica, química e borracha.

Apoio a 240 empresas

Para além da assistência técnica corrente na resolução de casos pontuais de natureza tecnológica ou financeira, o apoio a prestar pelo IAPMEI está orientado, neste ano de 1979, para acções que consolidem a reorganização técnica e financeira das empresas, e que já haviam sido iniciadas em anos anteriores. A ajuda a prestar terá em conta a viabilidade das mesmas, o planeamento industrial do sector, o volume de emprego e os níveis de exportação a desenvolver pela empresa.

A assistência técnica e estrutural engloba a elaboração de projectos de reorganização, reconversão e expansão das empresas que depois serão concretizados e sistematicamente apoiados quanto aos aspectos técnicos, económicos e financeiros.

Acrescente-se que, no corrente ano, este apoio estrutural abrangerá cerca de 240 empresas com um volume de vendas de 6,6 milhões de contos, apro-

ximadamente, e que empregam cerca de vinte mil trabalhadores.

Cooperação entre empresas

Através do Serviço de Promoção de Acções Colectivas (SPAC) daquele Instituto, estão também a decorrer algumas iniciativas de promoção de cooperação entre empresas, as quais se destinam, prioritariamente, a firmas pertencentes aos sectores dos artigos de borracha e do calçado. Neste âmbito, prossegue igualmente o acompanhamento de quatro projectos iniciados no ano passado (dois deles relativos a fusões de empresas de lanifícios da Covilhã e os restantes a empresas de artigos de borracha e de mobiliário), que abrangem cerca de 1400 trabalhadores, e deverão ser lançados oito projectos novos que se destinam a fábricas de lanifícios (três delas da Covilhã, e outras em Avelar, Torrezendo e Castanheira de Pera) e a empresas de candeeiros.

Novos postos de trabalho

O plano de investimentos do IAPMEI, num total de quase dois milhões de contos, abrange 85 empresas já existentes ou em formação e prevê a criação de mais 2620 postos de trabalho. As novas unidades industriais contam com a colaboração do Serviço de Promoção do Investimento e Análise de Projectos, do IAPMEI, que poderá elaborar os pareceres sobre a viabilidade de tais empresas. Neste campo, terão prioridade as que forem consideradas mais importantes para o desenvolvimento da política económica global, como é o caso das indústrias que incorporam percentagens elevadas de produtos nacionais, dispõem de boa capacidade de exportação e visam a substituição de importações.

Para a execução de todas as acções descritas, o IAPMEI conta com um Fundo de Avals no valor de dois milhões de contos, de dotações normais do Orçamento e de vários esquemas de crédito. ■

ESTRADAS NACIONAIS

A Junta Autónoma das Estradas (JAE) inclui no seu programa para o biénio 1979-80, a realização de um extenso conjunto de obras nas estradas nacionais, no valor de quase três milhões de contos.

Segundo o plano de actividades daquele organismo, as principais construções programadas são a Ponte de Barcelos, que irá melhorar o tráfego entre Viana do Castelo-Braga e



Vila Real (cujo investimento ronda os 400 mil contos) e a reconstrução do troço de estrada, de 19 quilómetros, entre Mação e Gardete (no valor de 130 mil contos), que irá beneficiar as ligações rodoviárias com a Beira Baixa, a Guarda e Espanha.

Entre outros projectos importantes em curso, destacam-se os seguintes: construção de 8 km na estrada Lisboa-Loures-Malveira (no valor de 1,5 milhão de contos); a radial da Buraca, com 1,5 km e nós de ligação na Buraca e nos Quatro Caminhos (250 mil contos); a via rápida de acesso ao Barreiro (de 5 km, no valor de 150 mil contos); as pontes do Vouga e Marnel, na Estrada Nacional n.º 1 (110 mil contos); a construção de um lanço de ligação a Ourique, na estrada de acesso ao Algarve

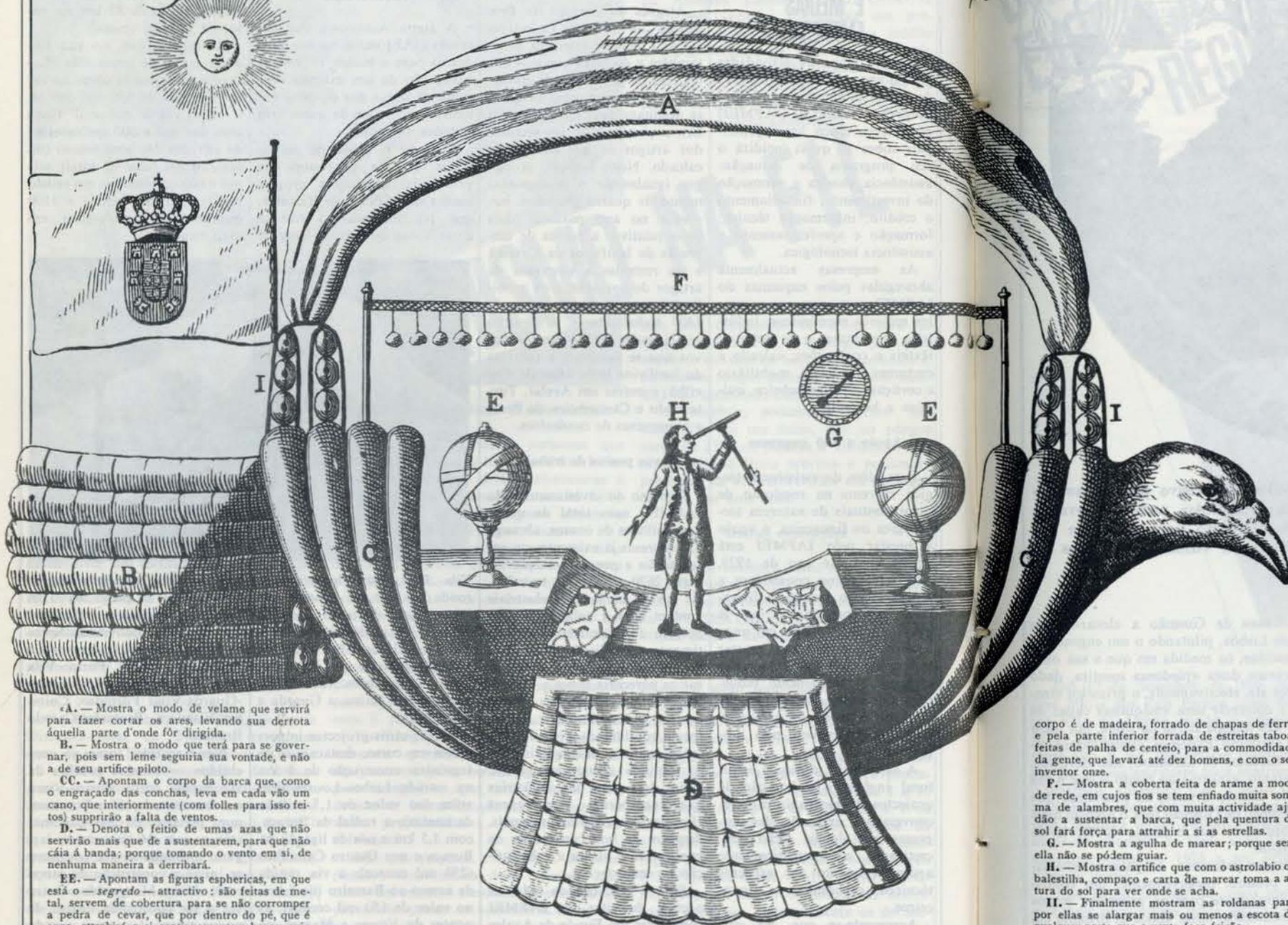
(100 mil contos); a estrada Bragança-Mirandela (40 km; 110 mil contos); e as estradas de Guarda-Vilar Formoso (40 km; 200 mil contos) e Guarda-Viseu (reconstrução de 85 km, no valor de 900 mil contos).

Recorda-se que, no ano findo, e depois de terem sido efectuadas importantes obras no valor de mais de 650 mil contos, a rede viária nacional ficou com dez mil e 500 quilómetros de estradas em bom estado (ou seja, 56 por cento do total), seis mil e 600 quilómetros em estado regular (35 por cento) e 1500 quilómetros considerados em mau estado.

Por outro lado, é ainda de referir que o plano da JAE prevê uma melhoria substancial nas ligações rodoviárias entre as principais cidades do norte e centro do país: Porto-Vila Real-Bragança; Aveiro-Viseu-Guarda-Vilar Formoso; Coimbra-Viseu e Santarém-Castelo Branco.

Nesse sentido, foram já concluídos os estudos prévios da via rápida entre Aveiro-Viseu e a fronteira de Vilar Formoso, num percurso de 200 quilómetros e com 16 metros de largura, prevendo-se que em breve se inicie a construção do lanço entre Viseu-Mangualde. Outra via a ser construída dentro de pouco tempo é a nova estrada do Marão, que ligará a cidade do Porto e de Vila Real de Trás-os-Montes, a partir de Amarante. ■

Figura da nova Barca inventada em Lisboa no Anno de 1709.



A. — Mostra o modo de velame que servirá para fazer cortar os ares, levando sua derrota áquella parte d'onde fór dirigida.

B. — Mostra o modo que terá para se governar, pois sem leme seguiria sua vontade, e não a de seu artífice piloto.

CC. — Apontam o corpo da barca que, como o engraçado das conchas, leva em cada vão um cano, que interiormente (com folles para isso feitos) supprirão a falta de ventos.

D. — Denota o feitiço de umas azas que não servirão mais que de a sustentarem, para que não cáia á banda; porque tomando o vento em si, de nenhuma maneira a detribará.

EE. — Apontam as figuras esphéricas, em que está o — segredo — attractivo: são feitas de metal, servem de cobertura para se não corromper a pedra de cavar, que por dentro do pé, que é ouco, attrahirá a si continuamente a barca, cujo

«Fac-símile» de uma gravura presumivelmente publicada em 1784 por um admirador de Bartolomeu de Gusmão que pretendia reivindicar para o construtor da «Passarola» a prioridade do invento, quando, em 1783, o engenho voador criado pelos irmãos Montgolfier, em França, fez cair no esquecimento as experiências realizadas pelo inventor português, em 1709.

corpo é de madeira, forrada de chapas de ferro, e pela parte inferior forrada de estreitas taboas feitas de palha de centeio, para a commodidade da gente, que levará até dez homens, e com o seu inventor onze.

F. — Mostra a coberta feita de arame a modo de rede, em cujos fios se tem enfiado muita somma de alambres, que com muita actividade ajudam a sustentar a barca, que pela quentura do sol fará força para attrahir a si as estrellas.

G. — Mostra a agulha de marear; porque sem ella não se podem guiar.

H. — Mostra o artífice que com o astrolabio ou balestilha, compaço e carta de marear toma a altura do sol para ver onde se acha.

II. — Finalmente mostram as roldanas para por ellas se alargar mais ou menos a escota de qualquer parte que o vento faça feição.

Bartolomeu Lourenço de Gusmão enviou, em Abril de 1709, uma petição ao rei D. João V de Portugal, na qual relatava o invento de um aparelho voador capaz de fazer 200 léguas ou mais, por dia, e com o qual se poderia auxiliar a manobra dos exércitos e ao mesmo tempo ter acesso às terras mais remotas.

O seu aparelho, designado por «Passarola», tinha uma estrutura de vime, forrada de papel e, depois de se elevar a pouca altura, acabou por se incendiar.



Bartolomeu de Gusmão, retratado num quadro da época.

270 ANOS DA PASSAROLA

Bartolomeu Lourenço Gusmão nasceu em Dezembro de 1685 em Santos, na então colónia portuguesa do Brasil. Era, portanto, um súbdito da coroa portuguesa. Seu pai, Francisco Lourenço de Gusmão, médico militar, pôs a educação de seu filho nas mãos de um padre, o que influiu bastante na sua posterior entrada para o Seminário de Belém, na Bahia.

Segundo um dos seus biógrafos, logo nos primeiros anos deu sinais de ser grande talento, nomeadamente nos campos da filosofia e da matemática, para além de possuir uma prodigiosa memória.

Nos princípios de 1708 veio segunda vez a Lisboa (onde já antes se deslocara, em missão da Companhia de Jesus, a que pertencia), sendo recebido com particular consideração na faustosa corte de D. João V, segundo dizem os cronistas, dada a fama dos seus dotes particulares, e ainda devido ao facto de ter sido apresentado ao Rei pelo marquês de Fontes e Abrantes.

Sabe-se que o talento inventivo de Bartolomeu de Gusmão já se havia manifestado, antes de 1708, na construção de uma bomba hidráulica com que fazia ascender a água do rio Paraguassu até ao elevado ponto em que se situava o Seminário brasileiro. Contudo, não se consegue descortinar, em tudo o que dele se sabe, como e de onde lhe veio a ideia de construir uma máquina voadora. A lenda e a tradição

(que em alguns casos andam de mãos dadas) rezam que tal lhe terá ocorrido quando, ocasionalmente, ao observar uma bola de sabão que flutuava no ar, reparou que ela subia mais rapidamente ao passar sobre um foco calorífico.

Em meados de Abril de 1709, um ano depois de estar em Lisboa, Bartolomeu de Gusmão deveria ter amadurecido as suas ideias de tal modo que resolveu informar D. João V de que inventara um instrumento de andar no ar, dispondo-se a pedir para si o direito exclusivo do seu invento.

Bartolomeu de Gusmão e a Petição ao Rei

Não se pode afirmar que a petição hoje conhecida tenha sido requerimento redigido pelo punho do próprio padre Bartolomeu de Gusmão; no entanto, é certo que ela nos testemunha a existência do invento, assim como o facto de, para o mesmo, haver sido requerido «registro de patente», como se diria hoje. Desse curioso documento transcrevemos, a seguir, alguns extractos:

«Petição do Padre Bartolomeu sobre o Instrumento que inventou para andar pelo ar e suas utilidades.

Diz o licenciado Bartolomeu Lourenço, que ele tem descoberto um instrumento para andar pelo ar, da mesma sorte que pela terra e pelo mar, com muito mais



brevidade; fazendo-se muitas vezes duzentas e mais léguas de caminho por dia (...) No que interessa a Vossa Majestade muito mais que todos os outros Príncipes, pela maior distância dos seus Domínios; evitando-se desta sorte os desgostos das Conquistas, que provêm em grande parte de chegar tarde a noticia deles. (...) Descobrir-se-ão as Regiões mais vizinhas aos Pólos do Mundo, sendo da Nação Portuguesa a glória deste descobrimento.

(...) Pede a Vossa Majestade seja servido conceder ao suplicante o privilégio de que, pondo por obra o dito invento, nenhuma pessoa de qualquer qualidade que for, possa usar dele em nenhum tempo neste Reino ou suas Conquistas, sem licença do suplicante ou seus herdeiros, sob pena de perdimento de todos os bens; e as mais que a Vossa Majestade parecerem.

D. João V foi de facto «magnânimo» para o jovem padre jesuíta que contava apenas 24 anos de idade quando realizou a sua experiência, acrescentando às penalidades dirigidas aos que ousassem usar e abusar do invento de Bartolomeu de Gusmão, sem autorização prévia, nada menos do que a pena de morte.

Coisa curiosa, os «Pólos do Mundo» eram já atractivo importante para este português, que neles via algo de extraordinário a ser desvendado; porém, estava-se longe do século XIX e das viagens fabulosas às regiões do Ártico e Antártico que, como se sabe, foram glória que não coube a portugueses.

O Rei patrocinou a experiência e, em 6 de Março de 1709, numa quinta situada em Alcântara, iniciou-se a construção da célebre máquina voadora; a primeira e fracassada tentativa decorreu, presumivelmente, a 5 de Agosto e uma segunda a 7 ou 8 do mesmo mês, queimando-se ambos os balões a poucos metros do solo. Contudo, já à segunda tentativa, e segundo as informações de que hoje dispomos, o pequeno balão subiu «20 palmos acima do solo», tendo assistido à «proeza» toda a Casa Real, incluindo o Rei, a Rainha e infantes, para além do marquês protector do padre

O apoio concedido pelo rei D. João V revelou-se decisivo para a concretização das experiências que o inventor da «Passarola» pretendia levar a cabo, tendo como objectivo criar o seu «instrumento para andar no ar» que iria permitir a descoberta das «Regiões mais vizinhas aos Polos do Mundo».

Bartolomeu e grande número de fidalgos. O engenho incendiou-se e tanto quanto se sabe Bartolomeu de Gusmão não chegou nunca a voar em tal aparelho, fábula que circulou durante muitos anos. Finalmente, a 3 de Outubro, outro «instrumento de voar», lançado na ponte da Casa da Índia elevou-se a «bastante altura».

A 26 de Setembro de 1724, Bartolomeu de Gusmão fugiu precipitadamente de Lisboa em direcção a Espanha, em companhia de Fr. João Álvares de Santa Maria. Abandonara o País com medo das perseguições da Inquisição, pois o seu nome aparecera envolvido numa complicada história de «bruxaria». Adoecendo gravemente durante a viagem, veio a falecer em Toledo, a 18 ou 19 de Novembro de 1724.

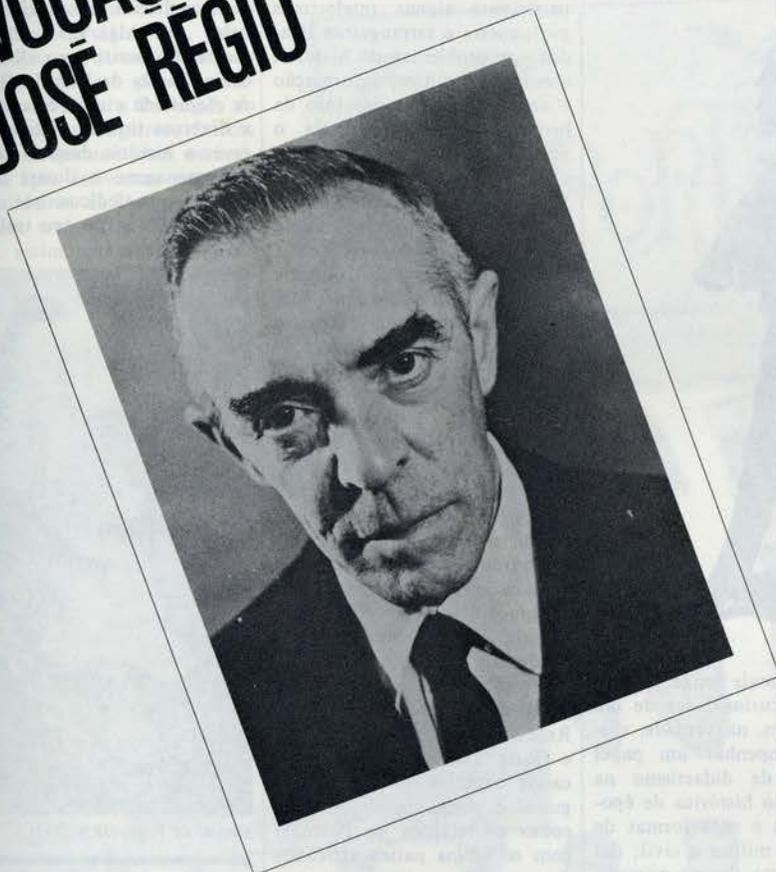
A verdade histórica

É de todo ilusório e ridículo inventar uma proeza imaginária com a do padre

Bartolomeu de Gusmão a elevar-se nos ares de Lisboa, pilotando o seu engenho, a «Passarola», na medida em que a sua obra não carece desta «piadosa» mentira, dado que foi ele, efectivamente, o primeiro cientista a construir uma «máquina» capaz de subir «20 palmos acima do solo», por meio de ar aquecido. Podemos, assim, considerá-lo o inventor do aeróstato; não devemos, no entanto, exagerar ao ponto a que o fez Camilo Castelo Branco, ao proclamar que Bartolomeu de Gusmão fora o homem mais extraordinário que o século XVIII havia produzido.

Homem talentoso, o «pai» da «Passarola» prestou, inegavelmente, um contributo importante para os primeiros passos da aeronáutica, nessa época já distante em que poucos poderiam prever o sucesso e o desenvolvimento das «máquinas voadoras» dos nossos dias.

BREVE EVOCAÇÃO DE JOSÉ RÉGIO



Em 17 de Setembro de 1899, nasceu José Maria dos Reis Pereira (José Régio) em Vila do Conde, vindo a falecer em 1970. Completa-se, pois, durante o corrente ano, o 80.º aniversário natalício de um dos nossos escritores mais controversos e originais, efeméride que, a justo título, aqui assinalamos, sintetizando para o efeito uma pequena nota bio-bibliográfica do autor de «Poemas de Deus e do Diabo», obra publicada em 1925 e seu primeiro livro de poesia.

José Régio foi um dos mais notáveis escritores portugueses deste século: poeta, romancista, contista de méritos excepcionais, ensaísta e autor de inesquecíveis páginas doutrinárias, crítico e articulista em diversas revistas e publicações periódicas («Mundo Literário», «Seara Nova», «Vér-

tical», «Ocidente», «Ser», «O Comércio do Porto», «Diário Popular» e revista «Variante», nomeadamente), e uma das almas mais dinâmicas da revista «Presença», que nos anos 20-30 deu que falar no nosso meio artístico e literário.

O seu «psicologismo» analítico legou-nos obras de grande significado, no que respeita ao conhecimento mais ou menos profundo de determinadas características enraizadas em alguns estratos sociais do nosso povo, particularmente naquilo que nele constitui a matéria, nem sempre bem determinada, que vai da fronteira do profano à da religião cristã. «Benilde ou a Virgem Mãe» (1947), obra já consagrada na tela pelo cineasta Manuel de Oliveira, é um dos muitos exemplos sintomáticos do que acabamos de referir.

A figura frágil de Rosa Maria, em «Davam Grandes Passeios aos Domingos» (1941), ficará para sempre na memória de quem tenha lido ou, porventura, venha a ler esta novela, cuja acção se desenrola em Portalegre; inolvidáveis são, também, as figuras exaltadas e apaixonadas que nos surgem nas páginas do «Jogo da Cabra-Cega». Em 1947, José Régio publica o primeiro volume de uma triologia, com o título geral de «A Velha Casa», que a crítica viria a considerar como o maior romance existente na literatura portuguesa, depois de «Os Maias» de Eça de Queiroz.

Mas José Régio, que para além de escritor produtivo, possuía uma outra veia artística para o desenho de traço vigoroso e pessoal (tal como seu irmão Júlio Reis Pereira), consagrou-se também no teatro. Algumas das suas peças são monumentos da nossa moderna dramaturgia; entre elas citamos, por exemplo, «A História Principia Onde Eles Põem o Fim», que por si só, bastava para consagrar um escritor teatral.

Entre as várias novelas que publicou, «Histórias de Mulheres», obra que, a seu tempo (1947), a censura pôs fora de circulação, figura como prova de mestria ímpar neste género literário tão pouco cultivado entre nós, pelo menos com a perfeição e poder de síntese de José Régio.

Professor no liceu da cidade de Portalegre, onde viveu e leccionou a maior parte da sua vida, ainda hoje é recordado por muitos dos seus alunos, pelo seu trato peculiar e exigente.

Nos diálogos dos seus poemas «Cântico Negro» e «A Chaga do Lado», publicados em 1955, José Régio legou-nos as conversas mais extraordinárias da história da literatura portuguesa, mostrando-nos um poeta a «conversar» longamente consigo próprio, num cenário povoado de crucificações e dividido entre Deus e o Diabo, entre o «céu» e a «terra».

Perpétuo eco da sua voz ficar-nos-á para sempre no ouvido, eternizado pelo declamador brilhante que foi João Villaret, aquela célebre passagem do «Cântico Negro»:

«Ah, que ninguém me dê piedosas inten-
[ções!

Ninguém me peça definições!

Ninguém me diga: «vem por aqui»!

A minha vida é um vendaval que se soltou.

É uma onda que se alevantou.

É um átomo a mais que se animou...

Não sei por onde vou,

Não sei para onde vou,

— Sei que não vou por aí!». ■



EXPOSIÇÃO DE HISTÓRIA MILITAR

Durante todo o mês de Abril esteve patente no Museu Castro Guimarães, em Cascais, uma exposição de soldadinhos de chumbo, uniformes militares, modelismo militar e naval.

Esta exposição é organizada de dois em dois anos pelo «Centro de Coleccionadores», também conhecido como «Casa do Cavaleiro à Porta»; o certame anterior realizara-se, em 1977, no Palácio Foz.

O «Centro de Coleccionadores» funciona como ponto de encontro e troca para colecionadores de «velharias» diversas, com particular destaque para os artigos de carácter militar e do período da I República.

Este «Centro», cujas actividades se podem caracterizar

como indo mais longe do que a simples «curiosidade» de um «hobby», tem, na verdade, vindo a desempenhar um papel importante de didactismo na reconstituição histórica de épocas passadas e suas formas de organização militar e civil; daí talvez, o facto de, no passado mês de Março, esta instituição ter recebido um convite para participar, em Tóquio, numa exposição sobre Portugal, com suas colecções de faiança, pinturas e miniaturas histórico-militares.

PORTUGAL DO SÉCULO XX EM DEBATE NOS EUA

«O Portugal do século XX: mudança e continuidade», é o tema de uma série de conferências de âmbito internacional,

organizadas pelo historiador norte-americano Douglas Wheeler, e que se realizarão na Universidade de New Hampshire (EUA) de 21 a 24 de Junho próximo.

Nestas conferências e debates participam alguns intelectuais portugueses e estrangeiros ligados aos problemas da história, economia, política, informação e artes. Assim, no domínio da história, estarão presentes o prof. Jorge Borges de Macedo e o historiador e colunista Vasco Pulido Valente. Paulo Pitta e Cunha, Manuel Pinto Barbosa e Luís Miguel Beza participarão nos debates sobre a economia do nosso País. Manuel Vilaverde Cabral, por seu turno, falará sobre o grupo fundador da revista «Seara Nova» e a sua influência no pensamento político português. A literatura portuguesa será abordada pelo escritor José Cardoso Pires e pelos críticos Stephen Reckert e Fernando Martinho. Sobre a família e educação intervirão Maria Filomena Mónica e Julieta Rodrigues. A emigração será abordada por Beatriz Rocha Trindade e José Madureira Pinto. As intervenções sobre cinema estarão a cargo dos realizadores António Reis, Seixas Santos e Fonseca e Costa. Finalmente, serão focados aspectos da lei portuguesa e temas jurídicos, bem como as relações de Portugal com os novos países africanos de expressão portuguesa.

CENTENÁRIO DA CARTA ARQUEOLÓGICA DO ALGARVE

A «Carta Arqueológica do Algarve», da autoria de Estácio da Veiga, é ainda hoje a única existente sobre esta província. Para comemorar a data da sua publicação foi inaugurada uma exposição no Museu Nacional de Arqueologia e Etnografia Leite de Vasconcelos, em Lisboa.

Estácio da Veiga (1828-1893), natural de Tavira e falecido em Lisboa, foi, aliás, o principal organizador do magnífico conjunto de peças existentes naquele museu. Dedicou-se à botânica e também à poesia, sendo bem conhecido o seu «Romanceiro do Algarve», integralmente transcrito no «Romanceiro Geral» de Teófilo Braga. A efeméride citada é, assim, e a diversos títulos, motivo para rever a história daquela região e homenagear o ilustre investigador que dedicou boa parte da sua vida e do seu trabalho do «Al Garb».



Estácio da Veiga (1828-1893).

GRUPO DE TEATRO DO CENTRO CULTURAL DE ÉVORA

O Centro Cultural de Évora recebeu um convite para participar, de 30 de Junho a 7 de Julho, no «International Festival of Folk Theater». A concretizar-se esta digressão, a companhia do CCE actuará nas cidades de Windsor, no Canadá, e Detroit, nos EUA, prestigiando-se assim, não só o teatro português, mas também o trabalho notável que aquele grupo tem vindo incessantemente a desenvolver.



A evolução do emblema do Clube, através da junção do Sport Lisboa, já com a legenda «Et pluribus unum» e a águia, e do Grupo Sport Benfica

O popular clube desportivo «Sport Lisboa e Benfica», que está a comemorar actualmente as suas «bodas de diamante», foi galardoado pelo brigadeiro Garcia dos Santos, em representação do Presidente da República, com a comenda da Ordem do Infante D. Henrique, galardão que, recorda-se, é destinado aos que «tenham prestado serviços relevantes a Portugal, no país e no estrangeiro». O acto decorreu durante uma cerimónia a que estiveram presentes os ministros da Administração Interna e da Educação e Cultura, assim como o presidente da Câmara Municipal de Lisboa, entre outras personalidades.

BENFICA, 1904/1979

19



Francisco Lázaro, o grande maratonista do início do século

Entretanto, outro acontecimento marcou os 75 anos de existência do «Benfica»: a celebração de um contrato com a Câmara Municipal de Lisboa,

A equipa mais antiga do Benfica de que há registo fotográfico. É de 1905

pele qual é conferida ao Sport Lisboa e Benfica a propriedade plena dos terrenos anexos ao Estádio da Luz, onde será ampliada a Cidade Desportiva do clube e construída uma zona urbana e comercial.

Este importante acontecimento contou com a presença do presidente da edilidade lisboeta e dos corpos gerentes do clube que, assim, viu resolvido de vez um problema vital para o seu futuro desenvolvimento.

Ainda no âmbito do citado programa das comemorações destes 75 anos de existência e actividade, o Benfica decidiu dedicar à efeméride um número especial da sua publicação periódica, somatório da actividade desta agremiação desportiva, ilustrada com bastantes estatísticas, curiosidades desportivas que são «história» na História do desporto português e inúmeras entrevistas, assim como larga profusão de fotos de arquivo, tornando tal publicação um precioso documento sobre o espectacular «currículo» do clube da Luz. As grandes vitórias europeias também são recordadas neste número especial do «Benfica», tais como a Taça Latina e as edições de 61 e 62 da Taça dos Campeões Europeus, títulos alcançados por um prestigioso «Sport Lisboa e Benfica» que começou a ser marco no desporto nacional no «ano da graça» de 1904. ■



Águas e a primeira Taça da Europa



Otto Glória, o treinador fissionalismo



Bela Guttmann, o treinador da Europa



Em cima: Ângelo, Cruz, Mário João, Cavém, Germano e Costa Pereira. Em baixo: José Augusto, Eusébio, Águas, Coluna e Simões. Os vencedores de Amsterdão



LUZ — Finalmente, um local definitivo
Inauguração oficial, em 1 de Dezembro de 1954



Eusébio o mais internacional



Coluna: o grande capitão

OLIVEIRA VAI ABANDONAR O FUTEBOL PORTUGUÊS?



«Fac-simile» do jornal «A Bola».

Oliveira, considerado pelos técnicos como um dos melhores jogadores portugueses da actualidade, pensa abandonar o futebol português em Julho deste ano, altura em que termina o actual contrato que o liga ao Futebol Clube do Porto.

Em declarações prestadas ao jornal «A Bola», Oliveira afirma ter, neste momento, propostas para jogar em Espanha, Inglaterra, e EUA (Dallas), podendo, pois, não voltar a alinhar por qualquer clube nacional.

O «capitão» da equipa «tripeira», agora com 27 anos, disse ainda que a única razão que o levou a manter-se em Portugal e a jogar pelo FCP, há dois anos atrás, foi querer ser campeão nacional. Enfim, «vaidade» ou não, o caso é que tal se veio a confirmar e Oliveira foi, seguramente, um dos grandes obreiros na conquista do Campeonato pelo clube portista.



Segundo revelou a agência ANOP, baseando-se em informações obtidas junto de um destacado responsável sportinguista em Newark (EUA), os jogadores «leoninos» Keita, Artur, Manuel Fernandes e Jordão assinaram contratos com a equipa norte-americana «New England Tea-Men», dentro de um acordo agora estabelecido entre os dois clubes, o qual permitirá igualmente aos sportinguistas escolherem jogadores do «Tea-Men» para a próxima época. Segundo tudo leva a crer, o avançado Flanagan, de naturalidade inglesa, já celebrizado como grande marcador, parece vir a ser a primeira escolha dos leoninis neste intercâmbio.

ANA DURÃO UMA REVELAÇÃO DO REGIONAL DE XADREZ

Disputou-se recentemente o I Campeonato Feminino de Lisboa, no grupo de xadrez Alekhine, título que foi ganho pela benfiquista Ilda Miranda, vice-campeã nacional no ano passado e vencedora de todos os jogos. Porém, verificou-se uma nota de ineditismo neste Campeonato: a revelação de Ana Durão, jovem que conta apenas 13 anos de idade e que somente perdeu com a vencedora, ganhando todas as restantes partidas.

Ana Durão é um «caso» que alguns atribuem ao rifão popular «filha de peixe sabe nadar», vista ela ser filha do campeão nacional Joaquim Durão; a jovem já se havia classificado em 2.º lugar numa das séries do campeonato Alekhine, o que teve como resultado ficar apurada para o próximo distrital individual (absoluto). Ana Durão é, pois, um «caso» singular, diga-se o que se disser, revelando uma mestria e maturidade invulgares. O futuro se encarregará de provar se se trata de uma questão de precocidade, sem consequências posteriores, ou do nascimento de uma grande campeã nacional.

JUDO CLUBE DE PORTUGAL VENCEU CAMPEONATO

O Judo Clube de Portugal foi o vencedor do Campeonato Nacional de Judo por Equipas, na categoria de pesos, cuja fase final se realizou nas instalações do Instituto Superior de Educação Física.

Na final, o Judo Clube de Portugal derrotou o Judo Clube

do Estoril por 4-2. No terceiro lugar classificaram «ex aequo» as representações da Académica de Coimbra e do C. J. do Porto.

Os clubes participantes foram agrupados em quatro «poules» de três, sendo apurados dois para a fase seguinte. Os apurados foram o J. C. de Portugal, G. C. do Sul, A. A. de Coimbra, A. A. Amadora, J. C. do Estoril, Faro e Benfica, C. J. do Porto e I.S.E.F. Assinala-se que as classificações obtidas pelas primeiras equipas foram exactamente iguais às do ano passado.



Uma classe de praticantes no decurso de uma sessão de treinos no Judo Clube de Portugal.

GALARDÃO OFICIAL PARA CÉSAR TORRES

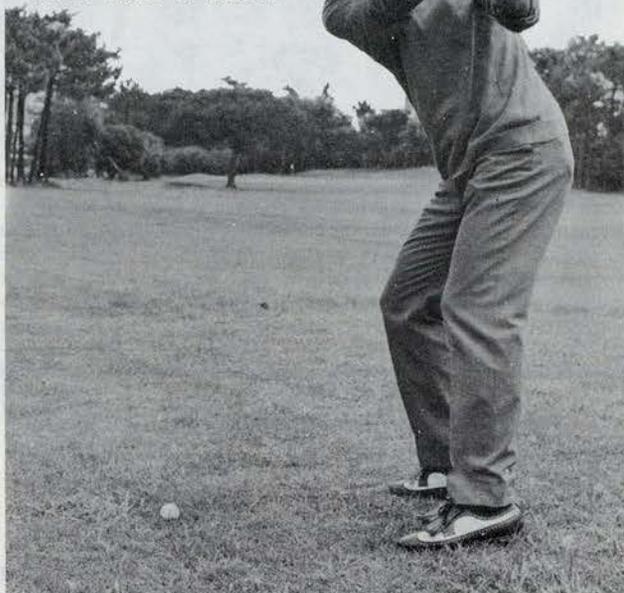


César Torres, o grande responsável pela organização e bom êxito do «Rali de Portugal», foi distinguido com a medalha de bons serviços desportivos, de acordo com um despacho já publicado no «Diário da República». Também Carlos Gonçalves, monitor de Educação Física e fundador do Madeira Clube, do Funchal, foi distinguido com o mesmo galardão. Em relação a Carlos Gonçalves, o despacho inserido no jornal oficial salienta «a sua abnegada dedicação à causa da Educação Física e Desportos, ao longo de mais de cinquenta anos».

UM PORTUGUÊS EM 4.º LUGAR NO «CROSS» DE DUBLIN

Joaquim Pereira classificou-se em 4.º lugar no corta-mato para trabalhadores, organizado pelo «Comité Sportif International du Travail», e que se disputou em Dublin (Irlanda). Por equipas, a representação portuguesa foi a 3.ª classificada, com 73 pontos, atrás da Bélgica, com 29, e da França, com 63. Individualmente, os restantes portugueses obtiveram as seguintes posições: António Riscado ficou em 9.º lugar; Carlos Capitulo no 10.º; Albino Neiva no 19.º; e Vítor Gomes no 30.º lugar.

ESPINHO: GOLFE PARA TODA A GENTE



Todos estamos, mais ou menos, familiarizados com o golfe, quanto mais não seja através da TV e do cinema, que nos deram uma falsa ideia que tal modalidade desportiva era panaceia de certos meios ditos «aristocráticos».

Ora bem, caro leitor, desengane-se definitivamente, pois a escola de golfe do «Oporto Golfe Clube», situada em Silvalde (Espinho), inaugurou, em boa hora, a época da «massificação» do referido desporto no nosso País.

Efectivamente, abertas que foram as inscrições e segundo elementos recolhidos no periódico regionalista «Defesa de Espinho», três dezenas de jovens de ambos os sexos, com idades que vão dos 6 aos 17 anos, iniciaram a sua aprendizagem de golfe, a qual recebem de credenciados jogadores, conjuntamente com os respectivos tacos e bolas. Mas há mais: durante os primeiros três meses de iniciação, os praticantes nada têm a pagar, já que este período é considerado pelos

técnicos como sendo o «ABC» da modalidade, justificando-se, pois, o seu carácter gratuito.

Entretanto, o Campeonato Nacional Individual decorreu em meados do corrente mês no campo do Oporto Golfe Clube, em Silvalde, e os dois primeiros classificados irão disputar em Turim, de 21 a 23 de Setembro próximo, o troféu «FIAT». Estaremos a assistir aos primeiros passos de uma popularização desta modalidade desportiva? Tudo leva a crer que sim.

CARTA EUROPEIA DO DESPORTO

Uma proposta apresentada por Portugal, visando coordenar um estudo, juntamente com outros Estados (nomeadamente a Espanha, Itália, Grécia, Turquia e Santa Sé), sobre o desenvolvimento do desporto entre grupos de emigrantes, foi aprovada na reunião do Comité

para o Desenvolvimento do Desporto (CDDS) que definiu os temas prioritários a serem apresentados na terceira conferência dos ministros europeus responsáveis pelo desporto, a realizar em Espanha, em 1981.

A reunião, realizada em Estrasburgo, efectuou-se no âmbito da aplicação dos princípios da «Carta Europeia de Desporto para Todos».

Um grupo de especialistas portugueses do Instituto Nacional dos Desportos (IND) elaborou o referido documento de orientação sobre o estudo proposto que, submetido à apreciação de todos os países membros do Conselho da Europa, mereceu da parte destes a melhor aceitação. A citada reunião foi marcada a pedido de Portugal com a finalidade de discutir e aprovar aquele documento.

Por outro lado, em entrevista concedida ao matutino «Diário de Notícias», o professor Lopes Marques, director do IND, salientou, a propósito da reunião:

«A nossa proposta foi aprovada na sua globalidade, tendo sido até enriquecida com um ou outro apontamento, ou sugestão, dos países que conosco trabalharam. A propósito, gostaria de destacar a particular atenção posta neste projecto, pela Suécia, Alemanha Federal, Inglaterra e Bélgica. Foi destes países que, juntamente com Portugal surgiu uma análise mais profunda, e de onde adveio um somatório de dados que enriqueceu o nosso projecto».

De referir, também, apesar da ausência de outros países com grandes comunidades de emigrantes no estrangeiro, o interesse que este projecto lhes deverá vir a despertar. Na citada entrevista, o professor Lopes Marques referiu ainda que o trabalho irá agora intensificar-se em Portugal e nos outros países, cabendo ao IND a tarefa de coordenação, sabendo-se que o Conselho da Europa «pegou com ambas as mãos no projecto, pois vinha de encontro às suas preocupações».

TORRES VEDRAS: UMA NOVA CIDADE

A comemoração do acontecimento foi entusiasticamente festejada e incluiu desfile e exibição das bandas de música da Emegeira e dos Bombeiros Municipais, fogo de artifício e, finalmente, uma sessão solene nos Paços do Concelho locais, onde o presidente da edilidade, Alberto M. Avelino, proferiu um discurso alusivo à feliz promoção.

Esta laboriosa terra, com cerca de 25 mil habitantes, é capital de um concelho onde vivem 90 mil almas e, por outro lado, é a primeira antiga vila a ser elevada à categoria de cidade depois do 25 de Abril de 1974.

A cidade de Torres Vedras está situada num vale e integra-se no distrito de Lisboa, distando 56 quilómetros da capital. O seu concelho abrange uma área de 410 quilómetros quadrados e 18 freguesias: A-dos-Cunhados, Campelos, Carmões, Carvoeiro, Dois Portos, Freiria, Maxial, Ponte do Rol, Monte Redondo, Matacães, São Pedro da Cadeira, Silveira, Ramalhal, Runa, Turcifal, São Mamede da Ventosa, Santa Maria do Castelo e São Miguel, São Pedro e Santiago.

História

Torres Vedras teria sido tomada aos mouros por D. Afonso Henriques, em 1148, pouco depois da conquista de Lisboa. Contudo, foi precária e difícil a sua manutenção nas mãos dos portugueses. Em 1250, recebe foral de D. Afonso III. É em Torres Vedras que D. João I, em 1413, decide a tomada de Ceuta. D. Afonso V escolhe as terras deste concelho — mais precisamente a localidade de Varatojo — para passar umas temporadas. Em 1510, D. Manuel I concede a Torres Vedras novo foral. A sua função histórica celebra-se de modo mais

Por unanimidade, os deputados à Assembleia da República decidiram elevar Torres Vedras à categoria de cidade, reconhecendo-lhe, assim, os requisitos indispensáveis à sua promoção, nomeadamente a capacidade económica da zona que domina.



Torres Vedras: vista geral da cidade (em cima) e do castelo (ao centro); o chariz dos Canos e a porta manuelina da Igreja de S. Pedro (em baixo).

marcante durante as invasões francesas, pelo conjunto das suas fortificações: as conhecidas Linhas de Torres Vedras. Estas foram projectadas pelo major José Maria das Neves Costa e concluídas sob a orientação do duque de Wellington, que viria, aliás, a receber os títulos de conde do Vimeiro e marquês de Torres Vedras. O burgo voltou, mais tarde, a celebrar-se, quando da denominada «revolta dos marechais», no período liberal, em 1837.



Escudo da cidade.

Actualidade

Com uma notável série de vestígios históricos, hoje transformados em monumentos nacionais, Torres Vedras tem actividade cultural e associativa, a qual se fica a dever, em boa parte, à Associação de Educação Física e Desportiva, Bombeiros Voluntários, Clube União Torriense e jornal regionalista «Badaladas». «Homens trabalhando em fábricas, escritórios, ou tendo profissões liberais; homens mourejando nos campos; emigrantes que embora ausentes não deixam de estar, pelo menos uma vez por ano, presentes aqui na sua terra. Todos, todos têm sido os grandes construtores da cidade de Torres Vedras», recordou, a propósito, o presidente da Câmara Municipal da nova cidade, no discurso que pronunciou durante a sessão solene.



PROGRAMA DE RÁDIO

DA SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E DA EMIGRAÇÃO

PARA **EMIGRANTES**

FREQUÊNCIAS E HORÁRIOS DO PROGRAMA RADIOFÔNICO «PORTUGAL-78»
DIFUNDIDO PELA RDP EM ONDAS CURTAS:

EUROPA — 4.^{AS} FEIRAS — 19.15 h / 19.30 h (TMG)
freq.: 6025 KHz e 9740 KHz

VENEZUELA — 5.^{AS} FEIRAS — 0.45 h / 1.00 h (TMG)
freq.: 11875 KHz

E. U. A. — 4.^{AS} FEIRAS — 4.15 h / 5.00 h (TMG)
freq.: 5025 KHz

A RDP ESTÁ A ENVIDAR ESFORÇOS NO SENTIDO DE OBTER UMA MELHOR
COBERTURA PARA O BRASIL E CANADÁ, A CURTO PRAZO.

SOBERANIA DO POVO

Publica-se as quartas e sábados

<p>ASSOCIATIVA Sua sede: Rua da... N.º 1</p>	<p>QUARTA-FEIRA 1 DE JANEIRO DE 1879</p>	<p>PUBLICAÇÕES No preço de... L.º ANO</p>
--	--	---

AGUEDA

Incêndio em casa particular

Na noite de 29 de Maio, em Agueda, houve um incêndio em casa particular, que se iniciou no quarto de uma casa particular, e se propagou para o resto da casa, destruindo-a completamente. O dono da casa, Sr. João de Deus, não pôde salvar nada, e a família ficou sem abrigo. O fogo foi apagado pelas forças do Corpo de Bombeiros, que chegaram em poucos minutos.

Incêndio em casa particular

Na noite de 29 de Maio, em Agueda, houve um incêndio em casa particular, que se iniciou no quarto de uma casa particular, e se propagou para o resto da casa, destruindo-a completamente. O dono da casa, Sr. João de Deus, não pôde salvar nada, e a família ficou sem abrigo. O fogo foi apagado pelas forças do Corpo de Bombeiros, que chegaram em poucos minutos.

terior em relação ao mês de Abril — o programa que se refere a Maio e Junho próximos: 25

Maio

- Maio a Dezembro — 5.º Salão Internacional do Algarve — Fotografia.
- Dia 1 — Celebrações do 1.º de Maio, em Alte.
- Dia 5 — Torneio de Golf Pro-Am, em Vilamoura.
- Dia 13 — Provas do Rio Arade, em Portimão; Festas da Vila, em Vila Real de Santo António.
- Dias 19 a 23 — Torneio Internacional de Tiro, em Faro.
- Dias 26 e 27 — Regatas de Barlavento (Cruzeiros), em Vilamoura.

Junho

- Dias 4 a 9 — Tênis: I Torneio «Inter-Hotéis», em Vilamoura.
- Dias 5 a 12 — Semana Turística, em Vila Real de Santo António.
- Dias 7 a 10 — 3.º Campeonato Regional de Golf do Sul, em Vilamoura.
- Dias 8 a 10 — Festival da Cerveja, no Castelo de Silves.
- Dias 10 a 18 — Turipej 79: Exposição Filatélica sobre o tema «Turístico», em Portimão.
- Dias 13, 24 e 29 — Festividades dos Santos Populares, em Tavira, Olhão e Lagos.
- Dias 25 a 30 — Tênis: II Torneio «Inter-Hotéis», em Vilamoura.
- Dia 29 — Festas de S. Pedro em Vilamoura.

REGIÃO MILITAR CENTRO: COMBATE A INCÊNDIOS

Entre 29 de Maio e 4 de Novembro do ano passado, a Região Militar Centro movimentou 1.475 homens de 8 unidades no combate a 52 incêndios.

Segundo um comunicado daquela Região Militar, entre os concelhos mais atingidos pelos citados sinistros figuraram os de Arganil, Oliveira do Hospital, Seia, Lousã e Oleiros.

«SOBERANIA DO POVO» UM SEMANÁRIO REGIONALISTA CENTENÁRIO

Como o leitor deve compreender nem sempre nos é possível assinalar, como gostaríamos, os aniversários de todos os órgãos da imprensa regional. No entanto, tentamos sempre prestar aqui homenagem a todos aqueles que, por mérito próprio, disfrutaram de um passado cheio de tradições e, pela sua qualidade, continuam a gozar da estima dos leitores e das populações cujos interesses defendem.

«Soberania do Povo», semanário regionalista fundado em Águeda a 1 de Janeiro de 1879, está, pois, neste caso particular. Semanário informativo, formativo e independente, por ele passaram alguns ilustres nomes das letras e da política portuguesa da região de Águeda, nos últimos cem anos.

Nos nossos dias, «Soberania do Povo» continua a ser um dos poucos jornais que com a sua continuação honra o que de melhor existe na tradição da nossa imprensa regional, carecida de recursos e tantas vezes menosprezada, não obstante ser

SOBERANIA DO POVO

ESTAMOS EM FESTA

192 PÁGINAS

Cem anos separam estes dois números do jornal «Soberania do Povo».

nela, e através dela, que se tem amiúde uma ideia pertinente do sentir das populações locais.

Para o semanário «Soberania do Povo», que tem como director José de Castro Madeira, vão consequentemente, as nossas felicitações e sinceros desejos de longa vida. Aproveitamos, aliás, para chamar a atenção dos nossos leitores para a boa apresentação gráfica do número do centenário do «Soberania do Povo» (192 páginas), que aborda os mais diversos temas da vida regional com isenção e profundidade, indo desde a história da região, tradições populares e folclore, até ao desporto, cultura e economia.

ALGARVE: PROGRAMA DE ACTIVIDADES

Ao que parece a Comissão Regional de Turismo do Algarve é a única entidade portuguesa do género que se pode orgulhar de apresentar, com a antecedência que estas coisas sempre exigem, um calendário circunstanciado das actividades que leva a cabo durante o corrente ano. Assim, damos aos nossos leitores — a semelhança do que fizemos no número an-

ALIJÓ: REDE ELECTRICA

No concelho de Alijó vão ser efectuadas importantes remodelações da rede eléctrica designadamente em Alijó, Carlão, Vilar de Maçada, Cabedo e Castelo, segundo revelou o presidente da Câmara daquele concelho. Este empreendimento está orçado em mais de 30 mil contos.

ALMODOVAR: NOVA FREGUESIA

O deputado Luís Cacito, do Partido Socialista, apresentou à Assembleia da República um projecto de lei para a criação de nova freguesia no concelho de Almodovar, distrito de Beja. Trata-se da Aldeia de Fernandes, segundo aglomerado populacional daquele concelho. Na ocasião, o referido parlamentar considerou que a criação de tal freguesia é uma efectiva necessidade, dado Aldeia de Fernandes, além de ser o segundo burgo concelhio mais populoso, incluir até as sedes de freguesia.



Um aspecto de Campo de Besteiros.

AMARANTE: FESTA DE S. GONÇALO

Amarante prepara-se com entusiasmo para a Festa-Romaria de S. Gonçalo que se realizará nos dias 1, 2 e 3 de Junho próximo e que constitui uma tradição histórica da vila, a qual se vê habitualmente invadida, nesses dias, por uma multidão de turistas e forasteiros, atraídos pela grandiosidade dos festejos. A Comissão encarregada de organizar o conhecido certame conta, desde já, com um financiamento de 600 contos.

ARCOS DE VALDEVEZ: ACESSO AO LUGAR DE TIBO

Tibo, que é um dos locais mais recônditos das terras de Arcos de Valdevez, passou a dispor de acesso rodoviário, com a recente construção de uma via que, procedente de Adrão, no Soajo, se dirige a Roussas e a Peneda.

CAMPOS DE BESTEIROS: 50.^o ANIVERSARIO DA VILA



O escudo da vila.

Campo de Besteiros está em festa durante o corrente ano, pois comemora-se o 50.^o aniversário da sua passagem a vila pelo decreto 16.467, publicado em Fevereiro de 1929.

A localidade, que era conhecida nas «inquirições» de 1258 e 1288 por «Sancta Ovaya de Balistariis», teve de D. Manuel I a concessão de foral, o que a tornou uma povoação de importância. A vila de Cam-

po de Besteiros situa-se num cruzamento de estradas nacionais e camarárias que servem o Vale de Besteiros, tradicionalmente agrícola, e a zona turística da serra do Caramulo, dizendo-se que é esta vila a porta de entrada e ponto de passagem obrigatório para quem se dirija à referida serra, factor que deve ter determinado o seu progresso económico e social nas últimas décadas.

De facto, em 1929, Campo de Besteiros era uma pequena povoação do Concelho de Tondela, tendo vindo a sair desta situação, volvidos que foram 50 anos, com o incremento da agricultura e de algumas actividades industriais, entre as quais se destacam uma fábrica de rações para avicultura, serração de madeiras, cerâmica e granjas avícolas.

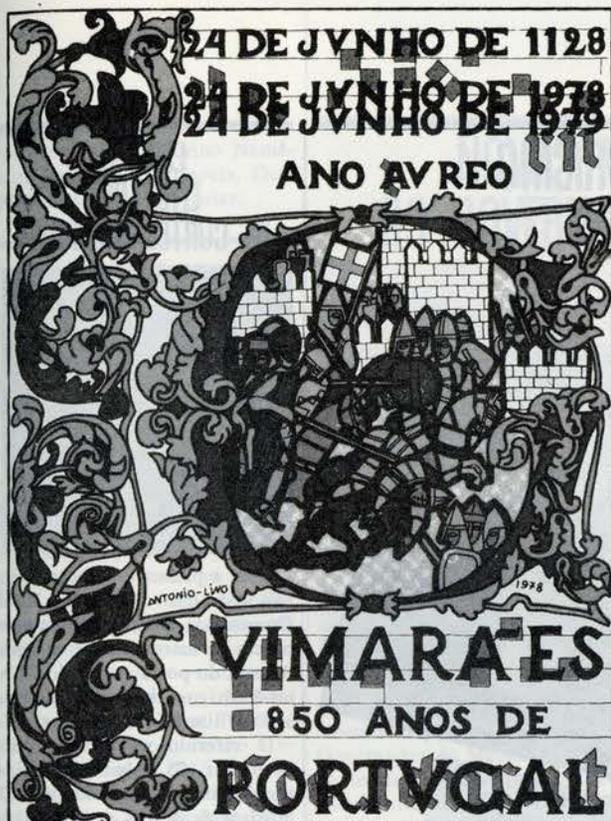
A sua vida associativa está enriquecida por uma associação de Bombeiros Voluntários, criada em Janeiro de 1978 e, claro, pela agremiação desportiva «Besteiros Futebol Clube», a qual deverá proximamente vir a ser beneficiada através, nomeadamente, dos acabamentos de um campo de jogos polivalente e da construção de um novo parque de jogos.

Campo de Besteiros, zona beirã de enorme surto emigratório, tem muitos dos seus fi-

lhos espalhados pelo mundo, devendo-se, também a eles, boa parte do incremento económico verificado, nomeadamente no campo urbanístico.

No tocante a monumentos, a antiga vila de Santa Eulália de Besteiros, ou simplesmente Besteiros, possui ruínas de alguns castros e antas nas suas imediações — monumentos que, como se sabe, são vestígios de primitivas povoações e sepulturas da pré-história da Península —, assim com alguns solares do século XVIII. A sua Igreja Matriz, está hoje parcialmente adulterada, embora a sua origem seja vulgarmente situada nos alvares da nacionalidade. Nesta freguesia existe ainda a ermida de Nossa Senhora do Campo — monumento medieval e marco milenário de interesse histórico, classificado de interesse público —, a Capela de Santa Cruz do Calvário, no cimo do monte do mesmo nome e a ermida de São Braz.

A «Bésta» — arma antiga com que se arremessavam setas e pelouros — que figura no escudo da vila e faz parte, também, das armas do concelho, procura simbolizar o valor e temeridade dos homens e mulheres que, no passado, lutaram pela independência da região, quando da formação do Condado Portucalense.



Desde há algum tempo que várias comissões que se propuseram realizar o Congresso Histórico de Guimarães, têm vindo a desenvolver o seu trabalho para que o acontecimento, que deverá decorrer em Junho próximo, tenha o realce que os vimaranenses esperam. Trata-se de uma iniciativa notável que irá reunir na cidade homens ligados à história e à cultura portuguesa. O Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada vêm na melhor altura, pois, entre os seus objectivos, destaca-se o de fazer renascer a actividade cultural vimaranense e dar aos intelectuais motivos para que divulguem a história da cidade que, como é vulgarmente sabido, está ligada intimamente à da nacionalidade portuguesa.

COVILHÃ: CÂMARA MUNICIPAL CONTACTADA POR EMIGRANTES DA COUTADA

Um grupo de emigrantes, naturais da Coutada, concelho da Covilhã, e que presentemente residem e trabalham em França, dirigiram uma exposição à Câmara Municipal da Covilhã, pedindo a solução de vários problemas existentes na povoação da sua naturalidade. Das faltas que notam na sua terra natal,

quando a demandam no período anual de férias, salientam-se, como problemas mais urgentes, segundo é referido naquela exposição, a ausência de rede de distribuição de energia eléctrica e o mau estado dos arruamentos.

GUARDA: FEIRA DA CIDADE

O novo recinto da feira da cidade da Guarda vai ocupar uma área aproximada de 72 mil metros quadrados, segundo o projecto apresentado em sessão

camarária da edilidade da referida cidade. A construção do recinto está prevista para uma zona de castanheiros e, segundo o presidente da Câmara da Guarda, estas árvores, a maior parte das quais já seculares, serão preservadas. A nova feira englobará pavilhões de apoio, recintos para instalação de tendas de venda e locais para peões e estacionamento de automóveis.

MONÇÃO: MELHORIAS NO ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Importantes melhorias no abastecimento de água foram levadas a cabo pela Câmara Municipal de Monção, com o apoio de vários departamentos estatais. Este programa de melhoramentos incluiu obras de canalização, a construção de um depósito e uma rede de distribuição por dez fontanários, assim com a ligação a moradias da freguesia de Segude. Para as freguesias de Anhões e Lara também foram construídos depósitos com ligação à distribuição domiciliária. Por outro lado, em Barroças e Taias abriram-se furos para abastecer futuramente Lapela, Moreira, Mazedo, Pinheiros, Cambeses, e parte de Lordelo e Barbeita, além de um novo poço e colocação de uma moto-bomba para reforço do abastecimento à vila de Monção. Também se procedeu à beneficiação das redes e captações nas freguesias de Pias, Ceivães, Tangil, Riba de Mouro, Messegães e Badim.

SANGUINHEDA: COMISSÃO DE INICIATIVAS E PROGRESSO

Realizada a assembleia geral desta agremiação e apresentado o relatório e contas de 1975/78 verifica-se que entre as várias

despesas, 80.870\$20 foram empregues no calcetamento de um arruamento local, arranjos de caminhos, reparações diversas em canalizações de águas e outros melhoramentos locais.

SERTÃ: ELECTRIFICAÇÃO NO CONCELHO

Foi concedida à Federação dos Municípios do Distrito de Castelo Branco uma participação financeira de 2.028.950\$ para electrificações em diversos lugares da freguesia de Castelo, concelho da Sertã.

SIMANTORTA: 28.º ANIVERSÁRIO DA COMISSÃO DE MELHORAMENTOS

Esta «Comissão de Melhoramentos de Simantorta», freguesia de Álvares, que apoiou já a execução de diversas obras na localidade, comemorou em Lisboa o seu 28.º aniversário, registando na altura a inscrição de mais 30 associados, testemunho eloquente de que está a despertar vivo interesse a sua actividade em prol do desenvolvimento de Simantorta.

VILA REAL: ASSOCIAÇÃO PARA A DEFESA DO PATRIMÓNIO

Foi criada em Vila Real uma Associação para a Defesa do Património Histórico-Cultural do distrito, que tem igualmente o objectivo de velar pela preservação do meio ambiente.

Segundo a Comissão Organizadora, esta iniciativa deverá reunir individualidades ligadas à cultura e encetar a sua actividade fazendo um levantamento distrital dos valores histórico-culturais.

DESENVOLVIMENTO DO TURISMO



O Governo Regional dos Açores vai participar no capital social de três empresas locais do sector turístico. O executivo regional considera que a sua participação nessas empresas é

uma forma de lhes garantir a viabilidade, no interesse da promoção turística do arquipélago que, para ser efectiva, necessita de infraestruturas sólidas. As empresas são, respectivamente,

a «Gracitur» (Investimentos Turísticos da Graciosa), «Situflo» (Sociedade de Investimentos das Flores) e «Sotige» (Sociedade Turística de S. Jorge).

ESPÓLIO LITERÁRIO DE CORTES-RODRIGUES



Com a presença do secretário regional das Finanças, Raul Gomes dos Santos, celebrou-se o acto de assinatura da compra da casa do poeta Armando Côrtes-Rodrigues, bem como do seu espólio literário e artístico.

O referido espólio é composto por 125 trabalhos do pintor Domingos Rebelo e 122 quadros de outros artistas plásticos, além de centenas de peças de mobiliário e outras de valor artístico diverso. Este espólio conta ainda com cartas e uma poesia inédita da poetisa Cecília Meireles.

LITERATURA AÇOREANA ESTUDADA NOS EUA

A literatura açoriana está a ser estudada, como cadeira semestral, na «Brown University» de Providence, no estado de Rhode Island, onde a comunidade portuguesa originária dos Açores é bastante numerosa, rondando perto de 50 por cento da população local.

Segundo informou o matutino «Açoriano Oriental», que se publica em Ponta Delgada, a criação desta cadeira, regida por Onésimo Teotónio de Almeida, natural da ilha de S. Miguel e autor de algumas obras já aqui referidas, foi patrocinada pelo Centro de Estudos Portugueses e Brasileiros daquela Universi-

dade e entre os autores estudados contam-se Vitorino Nemésio, José Martins Garcia, Dias Melo e Cristóvão Aguiar.

CASAS DE ETNOGRAFIA

Estão actualmente a ser instaladas casas de etnografia em várias ilhas do arquipélago açoriano.

Considerando o interesse social dessas casas, como instrumentos promotores de cultura, o Governo Regional decidiu chamar a si os principais encargos financeiros relativos ao respectivo processo de instalação. Por outro lado, e para garantir um funcionamento eficaz das referidas instalações, o executivo regional decretou que as casas de etnografia do Pico, Flores e Corvo sejam integradas no Museu da Horta, as de S. Jorge e Graciosa, no Museu de Angra do Heroísmo, e a de Santa Maria, no Museu Carlos Machado de Ponta Delgada.

NOVOS EDIFÍCIOS ESCOLARES

O secretário regional da Educação e Cultura, Reis Leite, inaugurou duas novas escolas primárias no concelho de Praia da Vitória, Ilha Terceira.

No concelho de Praia da Vitória estão em construção, entretanto, doze edifícios destinados a escolas primárias, e um destinado à escola preparatória da vila.

CAIXA ECONÓMICA DE ANGRA

A Caixa Económica de Angra do Heroísmo decidiu conceder um prémio de 5 mil escudos, transformável em depósito bancário, a todas as crianças que nasceram na Ilha

NOVOS MEMBROS DO GOVERNO TERRITORIAL



Palácio do Governo (Praia Grande).

O general Melo Egidio, recentemente empossado no cargo de Governador de Macau, nomeou novos Secretários para os departamentos das Obras Públicas e Comunicações, Assuntos Sociais e Cultura, e das Actividades Económicas. Os novos titulares daquelas pastas são, respectivamente, os drs. Aires da Silva, Mercier Marques e José Henriques de Jesus. Para os cargos de chefe de gabinete e de ajudante de campo do Governador, foram nomeados o major Moreira Maia e o capitão Alcaide Freitas.

Anteriormente, o general Melo Egidio, ao discursar durante a tradicional cerimónia de entrega das chaves da cidade, no Leal Senado, afirmou que a sua acção, como Governador de Macau, terá como principal objectivo a «dinamização de acções para o fomento da produção» e a «intensificação dos mecanismos de defesa do consumidor», adiantando, por outro lado, que seria sua «constante preocupação rodear-se de bons colaboradores, na mais ampla acepção da palavra», procurando, assim, que o trabalho a desenvolver «seja realizado em verdadeiro espírito de equipa».

Na ocasião, o general Melo Egidio salientou ainda o facto de a sua tomada de posse nas

actuais funções ter coincido com o restabelecimento de relações diplomáticas entre Portugal e a República Popular da China.

INTENSIFICAÇÃO DAS RELAÇÕES CULTURAIS ENTRE LISBOA E MACAU

No decurso da visita que efectuou a Macau, a convite do Leal Senado, o dr. Azeredo Perdigão, presidente da Fundação Calouste Gulbenkian, teve oportunidade de estudar com as entidades portuguesas daquele território diversos assuntos de carácter cultural e artístico, respeitantes, designadamente, à concretização de um intercâmbio naqueles domínios.

O programa acordado em Macau por Azeredo Perdigão, que se fez acompanhar nesta deslocação pelo administrador do serviço de Belas-Artes da Fundação, Pedro Tamen, inclui inúmeras formas de cooperação cultural, tendo ficado decidido que a Fundação Gulbenkian promoverá, periodicamente, o envio de exposições e artistas portugueses a Macau.

O início desta actividade celebra-se-á com uma «Quinzena de Macau», que decorrerá em Lisboa de 8 a 28 de Outubro do corrente ano e que integrará a exibição de espectáculos de dança (nomeadamente dos grupos Leão e Dragão) e a exposição de obras pertencentes ao Museu Luís de Camões. Naquele território foi, entretanto, constituída uma comissão organizadora que está em permanente contacto com a Fundação Gulbenkian, para apoiar e coordenar a execução das decisões já tomadas no âmbito deste programa cultural.



Dr. Azeredo Perdigão, presidente da Fundação Gulbenkian.

AUXÍLIO AS VÍTIMAS DOS TEMPORAIS

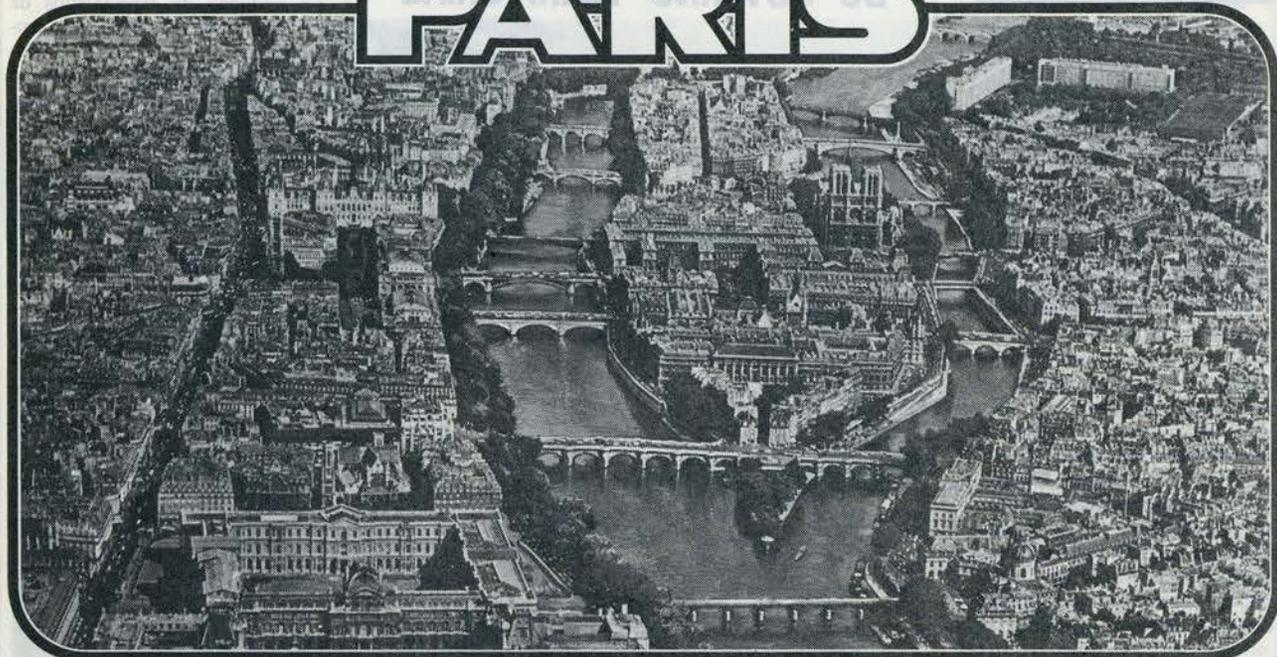
O Governo de Macau anunciou uma contribuição de cinco mil contos para auxílio às vítimas dos temporais que assolaram Portugal.

Com o mesmo objectivo, o Instituto de Assistência Social de Macau iniciou, entretanto, uma subscrição pública que contou com o apoio dos principais sectores económicos do território. Também o jornal diário «Gazeta Macaense», lançou uma campanha semelhante, a qual tem recebido resposta positiva por parte da população macaense.

Estamos também aqui para o apoiar nos seus negócios

Há já quatro anos que a Sucursal BPA em Paris vem contribuindo para o desenvolvimento das relações económicas e financeiras entre Portugal e a França
E apoiando, também, os Emigrantes Portugueses que trabalham não só em Paris, como em toda a França

PARIS



Há já muito tempo, também, uma Agência BPA vem servindo os nossos Compatriotas que trabalham ou residem em

VILLIERS-SUR-MARNE

A partir de agora, mais uma Agência BPA em França

CRETEIL

fica ao dispor dos muitos milhares de Emigrantes Portugueses que vivem numa das mais modernas e populosas localidades da Região Parisiense

BPA



BANCO PORTUGUÊS DO ATLÂNTICO



Balcões na Região de Paris

SUCURSAL-5, Rue Auber (à Opéra), 75009-PARIS · Telef. 073.24.65 · Telex 220456
AGÊNCIA DE VILLIERS-55, Av. du Général de Gaulle, 94350-VILLIERS-SUR-MARNE · Telef. 304.37.34
AGÊNCIA DE CRETEIL-53, Rue du Général Leclerc, 94000-CRETEIL · Telef. 899-2176



À sua chegada a Bissau, o Presidente Ramalho Eanes, acompanhado pelo seu homólogo guineense, foi alvo de uma calorosa recepção popular.

VISITA PRESIDENCIAL À GUINÉ-BISSAU

A assinatura de três novos acordos de cooperação bilateral — nos domínios consular, da emigração e da comunicação social — constituiu o momento culminante da visita oficial de cinco dias que o presidente da República, general Ramalho Eanes, efectuou à Guiné-Bissau, a convite do presidente do Conselho de Estado daquele país, Luis Cabral.

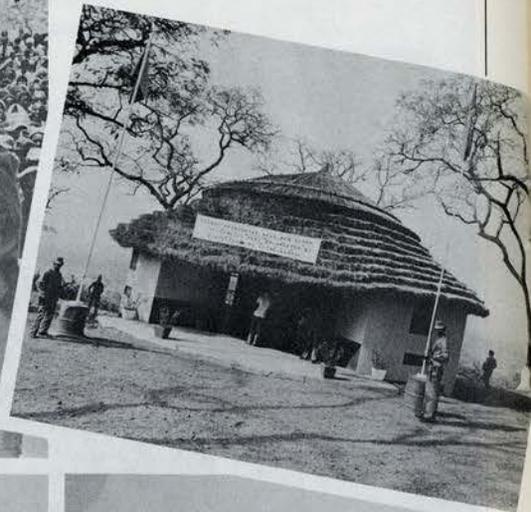
Na véspera da sua partida, o Presidente Ramalho Eanes dirigiu, através da emissora oficial de Bissau, uma mensagem de saudação ao povo guineense, na qual afirmou, nomeadamente, que a sua visita ajudaria «a comunidade internacional a compreender que a Guiné-Bissau e Portugal são hoje dois países independentes e soberanos unidos por uma grande amizade».

Noutro passo desta mensagem, o chefe de Estado português considerou que as relações luso-guineenses «são excelentes» porque, conforme sublinhou, «é essa a vontade profunda dos nossos povos».

Estamos também a desenvolver os seus negócios

Há já quatro anos a...

Exemplar também, de Engenharia, Património e...



32 «As relações entre os dois países não-de ser, cada vez mais, um exemplo de cooperação entre nações soberanas.

Mas não-de ser, ainda mais, um testemunho de fraternidade, construída por uma longa comunhão de valores espirituais e morais», disse ainda Ramalho Eanes.

O presidente da República foi acompanhado nesta viagem por uma comitiva que integrava, além de sua esposa, os ministros dos Negócios Estrangeiros e dos Transportes e Comunicações, respectivamente, Freitas Cruz e Marques da Costa, o secretário de Estado da Cultura, David Mourão-Ferreira, e o capitão Marques Júnior, membro do Conselho da Revolução, entre outras personalidades.

Durante a sua estada de cinco dias na República da Guiné-Bissau, o general Ramalho Eanes teve diversas reuniões com o presidente Luís Cabral e deslocou-se, designadamente, a Cachungo — onde esteve colocado em missão, durante a guerra, como oficial do Exército português —, Cacheu, Gabu, Boé, Bafatá e Bubaque, sendo expressivamente recebido pelas populações de todas as localidades.

A colocação de uma coroa de flores no monumento a Amílcar Cabral, fundador do PAIGC, a inauguração de um Centro Cultural Português na capital guineense e a deslocação à povoação de Madina do Boé — local da proclamação da independência da República da Guiné-Bissau, em Setembro de 1973, ainda em plena guerra — foram três actos que se revestiram de particular significado no programa desta visita presidencial.

«Semana de Cultura Portuguesa»

Coincidindo com a abertura oficial do novo Centro Cultural do nosso País, realizou-se em Bissau uma «Semana de Cultura Portuguesa» que incluiu várias iniciativas, como, por exemplo, exposições de livros, uma amostra de pesca artesanal, uma exposição fotográfica sobre temas nacionais, projecções de diapositivos, audições de música gravada e uma demonstração de técnicas de olaria, a cargo de um artesão de Bissalhães (Vila Real). Paralelamente, o Instituto Português de Cinema organizou, no Palácio dos Congressos, um conjunto de sessões em que foram exibidas doze longas-metragens dos mais conhecidos cineastas portugueses.

Ao discursar durante o banquete com que obsequiou Ramalho Eanes, o presidente do Conselho de Estado da Guiné-Bissau, Luís Cabral, considerou que, «além de exprimir o profundo e natural sentimento de hospitalidade do povo guineen-

A deslocação do Presidente Eanes à povoação de Madina do Boé, onde foi proclamada a independência da Guiné-Bissau, em 1973—a foto da direita, em cima, assinala o local dessa cerimónia—marcou um dos momentos mais salientes do programa desta visita oficial que, como referem as imagens, incluiu ainda, além de reuniões entre os dois chefes de Estado, uma série de contactos com as autoridades e populações de diversas zonas do território guineense.

se», o acolhimento de que o Chefe de Estado português e a sua comitiva foram alvo «traduz, sem dúvida, uma atitude política: a decisão do nosso povo de viver plenamente a nova página que se abriu na História com a conquista da nossa independência e com o alvorecer de uma nova era de democracia para a velha Nação portuguesa».

Em resposta à alocação do presidente da Guiné-Bissau, o general Ramalho Eanes manifestaria a convicção de que «a segurança e a estabilidade na Europa estarão

cada vez mais dependentes da segurança, estabilidade e desenvolvimento do continente africano», exprimindo, por outro lado, a sua preocupação relativamente à «multiplicação de conflitos em África».

Mais adiante, depois de enaltecer a figura de Amílcar Cabral — cuja herança, disse, «é um factor decisivo para a missão em que nos empenhamos, porque representa uma visão africana da concepção que orienta os dois países» —, Ramalho Eanes aludiu às relações luso-guineenses, inserindo-as numa «concepção global» do

A Revista «25 de Abril» Comunidades Portuguesas é publicada mensalmente em duas línguas: portuguesa e inglês. Os artigos são escritos por autores portugueses e estrangeiros. A subscrição é feita em Portugal e no estrangeiro. O preço é de 100 escudos anuais em Portugal e de 120 escudos anuais no estrangeiro. O envio para o estrangeiro é feito em dobro. A subscrição deve ser enviada para a Direcção da Revista, Rua da Liberdade, 10, 1200 Lisboa, Portugal.

que considerou «dever ser uma nova era de relação de solidariedade entre os povos europeus e os povos africanos». «Da concretização desta nova solidariedade depende, em grande medida, um futuro de progresso e tranquilidade, quer para os africanos, quer para os europeus», acrescentou o Presidente português.

«Uma cooperação aberta»

O programa desta visita presidencial incluiu igualmente um encontro do general Eanes com membros da comunidade portuguesa residente na Guiné-Bissau, numa recepção que decorreu nos jardins da nossa Embaixada na capital guineense. No breve discurso que proferiu então, o Chefe de Estado exortou todos os portugueses que ali vivem a continuarem a cooperar com o povo irmão da Guiné-Bissau, prosseguindo «um trabalho importante que interessa ao novo Estado independente e que importa a Portugal». O desenvolvimento de uma «cooperação aberta, despida de preconceitos, sem ambições hegemónicas, fundada nos Direitos do Homem e nos princípios intangíveis dos povos à autodeterminação», seria, aliás, um dos assuntos abordados pelo Presidente Ramalho Eanes, durante a conferência de imprensa que concedeu, antes de deixar Bissau.

No comunicado conjunto divulgado no final desta visita do Chefe de Estado português à Guiné-Bissau, referem-se os principais pontos das relações bilaterais que foram objecto de conversações entre Ramalho Eanes e Luís Cabral, e analisam-se várias questões da política internacional, sobre as quais «se registou uma total convergência de exposições».

No plano das relações bilaterais, foram examinadas as múltiplas actividades de cooperação até agora realizadas, tendo sido «avaliados os seus resultados à luz da experiência já adquirida». Foi igualmente abordada a evolução das relações económicas, financeiras e comerciais, em relação às quais os dois presidentes «concordaram em conjugar esforços no sentido de as incrementar e consolidar».

Naquele documento salienta-se ainda que Ramalho Eanes e Luís Cabral «reiteraram o seu empenho em contribuir para um maior reforço dos laços de solidariedade entre Portugal e os países africanos que se exprimem oficialmente em língua portuguesa», reafirmando de igual modo a sua determinação de colaborar estreitamente para uma maior difusão do idioma português nos diversos organismos internacionais.

DESENVOLVIMENTO DAS RELAÇÕES LUSO-BRASILEIRAS

Infotopo UPI/APJ



O novo chefe de estado brasileiro recebendo os cumprimentos do prof. Mota Pinto.

Em representação do Estado português, o Primeiro-ministro, prof. Mota Pinto, esteve presente, em Brasília, às cerimónias de posse do novo presidente da República Federativa do Brasil, general João Baptista Figueiredo. Em S. Paulo e no Rio de Janeiro, Mota Pinto contactou com as comunidades portuguesas ali radicadas, tendo testemunhado, segundo afirmou, «a vivência muito profunda e muito intensa que elas têm da vida portuguesa e como elas são um prolongamento do nosso rectângulo continental, símbolo da contribuição que demos para a civilização universal e ao mesmo tempo instrumento adequado de uma afirmação positiva na comunidade das nações».

Nas declarações que prestou à imprensa, ao regressar desta viagem, o primeiro-ministro referiu-se, em particular, aos contactos que efectuou com o novo chefe de Estado brasileiro e com o ministro das Relações Exteriores do Brasil,

com quem debateu, entre outros assuntos, as possibilidades de incremento das trocas comerciais e o desenvolvimento da cooperação científica e técnica em vários domínios.

O prof. Mota Pinto — que foi a primeira personalidade a ser recebida, em audiência particular, pelo general Baptista Figueiredo — salientou que durante o encontro com o presidente do Brasil abordara a questão do depósito prévio actualmente exigido naquele país a todos os cidadãos que pretendam deslocar-se ao estrangeiro, tendo manifestado o grande interesse existente em isentar de tal depósito os brasileiros e portugueses ali residentes que queiram vir a Portugal.

Mota Pinto revelou ainda que, em nome do Presidente Ramalho Eanes, convidara o general João Baptista Figueiredo a visitar oficialmente o nosso País, convite que foi aceite pelo chefe de Estado brasileiro.

ASSINATURAS DA REVISTA «25 DE ABRIL/COMUNIDADES PORTUGUESAS»

A Revista «25 de Abril/Comunidades Portuguesas» é publicada mensalmente em duas tiragens simultâneas: uma delas, designada «Edição-Europa», é distribuída de Paris para os assinantes residentes em França, Alemanha Federal, Bélgica, Luxemburgo, Holanda, Inglaterra e Suíça; a outra edição é distribuída de Lisboa para o resto do Mundo.

Solicitamos, pois, que ao efectuar ou renovar a sua assinatura observe o seguinte:

1. ASSINATURAS DA «EDIÇÃO-EUROPA»

(para os leitores residentes em França, Alemanha Federal, Bélgica, Luxemburgo, Holanda, Inglaterra e Suíça)

o pedido de assinatura deve ser enviado

para: Embaixada de Portugal/Revista «25 de Abril»
6, Passage Dombasle — 75015 - Paris — França

A importância destas assinaturas deve ser enviada em cheque ou vale de correio passados em nome da Embaixada de Portugal/Revista «25 de Abril»

2. ASSINATURAS DE RESIDENTES EM PORTUGAL, ESPANHA E OUTROS PAÍSES (excluindo França, Alemanha Federal, Bélgica, Luxemburgo, Holanda, Inglaterra e Suíça).

o pedido de assinatura deve ser enviado

para: Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Emigração
Revista «25 de Abril/Comunidades Portuguesas»
Palácio das Necessidades — 1.º Piso — Largo do Rilvas — 1300 Lisboa — Portugal

A importância destas assinaturas deve ser enviada em cheque ou vale de correio passados em nome da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Emigração

PREÇOS DAS ASSINATURAS (12 números)

Portugal e Espanha	300\$00
França	40 F.F.
Alemanha Federal	20 D.M.
Bélgica	350 F.B.
Luxemburgo	350 F.L.
Holanda	25 Fls.
Inglaterra	5 £
Suíça	20 F.S.
Outros Países - o correspondente em moeda local a	400\$00

MUITO IMPORTANTE

- Nos preços das assinaturas estão incluídos os portes de correio.
- Não esquecer que o destinatário e o remetente devem ser escritos em letra bem legível, de preferência em maiúsculas.
- Sempre que mude de residência ou deseje receber a Revista noutro local, comunique-nos o mais rapidamente possível.
- Para maior facilidade preencha em letra bem legível e recorte este cupão:



Assinatura Renovação Mudança de local de recepção da revista «25 de Abril/Comunidades Portuguesas» (marque com X) para o que envio a importância de

NOME

IDADE

PROFISSÃO

MORADA

LOCALIDADE

PAIS

ATENÇÃO

- Se reside em FRANÇA, ALEMANHA FEDERAL, BÉLGICA, LUXEMBURGO, HOLANDA, INGLATERRA ou SUÍÇA, envie este cupão para:
EMBAIXADA DE PORTUGAL
6, Passage Dombasle
75015-PARIS-FRANÇA.
- Se reside em PORTUGAL, ESPANHA ou outros países excluindo os mencionados acima, envie o cupão para:
SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E DA EMIGRAÇÃO
Palácio das Necessidades - 1.º Piso
Largo do Rilvas - 1300 Lisboa
PORTUGAL

PORTUGAL E A GRÃ-BRETANHA

No decurso da visita oficial que efectuou à Grã-Bretanha, o ministro da Agricultura e Pescas, Vaz Portugal, assinou um protocolo de cooperação respeitante à prestação, por parte do Governo britânico, de assistência técnica, formação de pessoal e auxílio financeiro ao nosso País, para o desenvolvimento dos sectores agrícola, florestal e das pescas.



O ministro britânico da Agricultura, Edward Bishop, acompanhado pelo seu homólogo português, durante as conversações realizadas em Londres.

Em declarações à imprensa, à sua chegada a Lisboa, o ministro Vaz Portugal — que nesta deslocação foi acompanhado pelos secretários de Estado do Fomento Agrário das Pescas e por representantes de outros departamentos oficiais — afirmou que o protocolo agora assinado irá possibilitar a assistência de técnicos ingleses a projectos de desenvolvimento no nosso País, e o estabelecimento de programas de formação científica e técnica, permitindo, simultaneamente, encarar a hipótese da exportação de sementes para Inglaterra, bem como certos produtos portugueses de qualidade (vinhos de mesa especiais, fruta e flores).

Vaz Portugal fez questão de salientar que a assinatura deste protocolo surgiu na sequência da visita oficial que o Presidente da República fez à Grã-Bretanha, no ano passado, e consubstancia a «determinação do Ministério da Agricultura e Pescas em relançar o sector produtivo nacional».

Durante as conversações realizadas em Londres, o ministro português abordou questões relativas à adesão do nosso País à Comunidade Económica Europeia, com base na experiência de integração vivida pelo Reino Unido. À margem dos contactos oficiais, Vaz Portugal teve uma reunião com representantes de instituições bancárias inglesas e francesas, os quais se mostraram interessados em investir na agricultura portuguesa.

Relações comerciais luso-britânicas

Entre Janeiro e Novembro do ano transacto, o nosso País ex-

portou para a Grã-Bretanha mercadorias no valor de 22,6 milhões de contos e importou 25,1 milhões de contos de produtos ingleses, segundo estatísticas agora divulgadas e que confirmam um equilíbrio tendencial nas trocas comerciais entre os dois países.

Em igual período de 1977, haviam-se registado, respectivamente, 20,4 milhões de contos de exportações portuguesas para aquele país e 25,8 milhões de contos de importações.

Os principais produtos exportados por Portugal para o Reino Unido foram os fios e tecidos para a indústria têxtil (no valor global de 6,7 milhões de contos), vestuário (3,7 milhões de contos), maquinaria (aproximadamente 2 milhões de contos), e madeira e cortiça (um milhão e 800 mil contos). As importações foram, nomeadamente, de equipamento para transportes (7,6 milhões de contos), maquinaria (mais de 5 milhões de contos) e produtos químicos (3,3 milhões de contos). ■

ACORDOS DE COOPERAÇÃO LUSO-NORUEGUESA

Decorreu em Lisboa o oitavo encontro da Comissão Económica Mista Luso-Norueguesa, cujos trabalhos foram presididos pelo vice-primeiro-ministro Jacinto Nunes, e pelo ministro das Finanças da Noruega, Per Kleppe. No final das reuniões foram assinados três acordos de cooperação entre Portugal e aquele país escandinavo.

O primeiro destes acordos refere-se à ajuda da Noruega no domínio da saúde, traduzida num donativo de 500 mil contos e num empréstimo de outros 500 mil, sem juros, a aplicar nos projectos hospitalares em curso no distrito de Vila Real. Os outros dois convénios dizem respeito a contribuições norueguesas para o sector da agricultura e florestas, as quais serão utilizadas, designadamente, na construção de ordenhas colectivas, produção de forragens, criação de gado caprino e instalação de um centro de formação florestal na Lousã.



O ministro norueguês Per Kleppe com Mota Pinto e Jacinto Nunes, em Lisboa.

Segundo o comunicado conjunto distribuído no final dos trabalhos deste oitavo encontro da Comissão Económica Mista, as delegações de Portugal e da Noruega debateram o programa de cooperação bilateral e analisaram «o desenvolvimento das respectivas economias e relações comerciais», avaliando, sobretudo, «o processo de cooperação nos campos económico, financeiro e administrativo, que tem apresentado resultados importantes, particularmente nos

campos das pescas, saúde e transportes marítimos».

Entre outros compromissos de ajuda assumidos pela delegação norueguesa, destacam-se o apoio financeiro à instalação de cinco complexos frigoríficos nos Açores, e a concretização de programas de assistência técnica no sector dos transportes marítimos.

Paralelamente, estão em estudo cerca de vinte projectos conjuntos, de que citamos nomeadamente, os que se referem à abertura, no Algarve, de uma fábrica para barcos de pesca, e à construção, também no Algarve, de um estabelecimento hoteleiro, com capacidade para duas mil camas, destinado a turistas escandinavos.

O comércio entre os dois países

As trocas comerciais entre Portugal e a Noruega têm apresentado um saldo positivo favorável ao nosso País, desde 1975, tendo atingido o seu máximo em 1977. No entanto, este montante deverá ter sido ultrapassado em 1978, uma vez que, segundo estatísticas agora divulgadas, as exportações portuguesas para a Noruega, entre Janeiro e Novembro do ano

passado, totalizaram 2,7 milhões de contos, contra um milhão e 892 mil contos registados nas importações, durante o mesmo período.

O bacalhau é o principal produto importado da Noruega pelo nosso País, seguido, a grande distância, pela farinha de peixe e pelo alumínio. Em contrapartida, os têxteis, o calçado e o concentrado de tomate são as nossas principais exportações para o mercado norueguês. ■

A Revista «25 de Abril/Comunidades Portuguesas» publica regularmente em duas línguas (português e inglês) artigos de opinião, estudos e notícias de Portugal e do estrangeiro, e é distribuída de graça para os assinantes residentes em França, Alemanha Federal, Bélgica, Luxemburgo, Holanda, Inglaterra e Suíça a partir de 15 de Maio.

COOPERAÇÃO LUSO-POLACA NO DOMÍNIO DA CONSTRUÇÃO NAVAL

Em cerimónia realizada nos estaleiros navais do Alfeite, foi lançada à água o casco do navio «Zyrardow», construído para a empresa armadora estatal da Polónia, no âmbito do acordo de cooperação existente entre aquele país e Portugal. O «Zyrardow», o último de uma série de três navios de que os estaleiros portugueses construíram os cascos e as super-estruturas, foi posteriormente rebocado para a Polónia onde recebeu o aparelho propulsor e restantes equipamentos interiores.

Os navios desta série foram especialmente concebidos para o transporte de frutas e de outras cargas refrigeradas e frigorificadas. As duas unidades anteriores encontram-se já ao serviço e, na opinião da delegação da «Polish Ocean Lines», empresa armadora do Estado polaco, têm satisfeito plenamente os requisitos do serviço a que se destinam.

Dada a excelente aceitação dos cascos construídos no nosso País, é possível que outras encomendas venham a ser feitas a estaleiros portugueses por parte da Polónia. Tal eventualidade terá, porém, de ser contemplada no âmbito de uma próxima renovação do acordo de cooperação naval luso-polaco actualmente em vigor.

Esta encomenda de três cascos de navios para cargas frigoríficas foi celebrado entre o Governo português e a empresa estatal polaca «Centromor», sendo de cerca de 10 milhões de dólares (aproximadamente 450 mil contos) o valor global dos três cascos.

De referir, ainda, que cada um destes navios — com 139 metros de comprimento total, 18 metros de boca e uma capacidade total para transporte de carga refrigerada da ordem das

6,5 mil toneladas — representa cerca de 2.500 toneladas de aço manufacturado, incluindo todos os encanamentos de tanques de duplo fundo, bem como o veio, hélice, leme e aprestamento do convés.

O acto de lançamento à água do casco do «Zyrardow» foi presidido pelo embaixador da Polónia em Lisboa, Wosciech Chabasinski, e o vice-almirante Carmo Fernandes, que representava o chefe do Estado-Maior da Armada, estando presentes à cerimónia elementos das delegações da «Polish Ocean Lines» e da «Centromor».

Na ocasião, o embaixador polaco elogiou os trabalhadores, técnicos e dirigentes dos estaleiros portugueses onde os três navios foram construídos, «pela demonstração da sua grande capacidade e eficácia, confirmada durante a construção de todos os navios».

PORTUGAL E O ZAIRE

Um projecto de acordo geral de cooperação com Portugal está actualmente em estudo pelo Governo de Kinshasa — revelou à ANOP o novo embaixador do Zaire em Lisboa, Kabala Kiseke Seka.

Depois de afirmar que as relações luso-zaienses são actualmente excelentes, aquele diplomata salientou que os dois países estão determinados a tirar partido dos laços que os unem há vários séculos. Kabala Seka referiu, a propósito, que os nossos compatriotas são muito estimados no Zaire, verificando-se uma significativa influência portuguesa nos domínios da gastronomia e da linguística. A colónia portuguesa, que em 1960, na altura da independência, era constituída por cerca de quinze mil pessoas, é ainda hoje bastante numerosa e respeitada pelas autoridades e pelo povo do Zaire, estando o Governo de Kinshasa interessado na colaboração de técnicos qualificados e empre-

sários do nosso País, acrescentou o embaixador zaiense.

Ao falar sobre as trocas comerciais luso-zaienses, Kabala Kiseke Seka realçou o facto de sessenta por cento do vinho consumido no Zaire ser importado de Portugal, o mesmo se verificando com as conservas de sardinha e uma boa porção de peixe salgado seco. Por seu turno, o Zaire vende ao nosso País uma certa quantidade de café, chá, óleo de palma e produtos mineiros. «Contudo — acrescentou o embaixador —, há um grande futuro nas relações económicas entre os dois países, relações essas que encontram os seus fundamentos sólidos no contacto físico estabelecido entre os dois povos depois de vários séculos».

BANCO MUNDIAL E BEI FINANCIAM PROJECTO

O Banco Mundial concedeu ao nosso País um empréstimo no valor de 58 milhões de dólares (cerca de 2 milhões e 600 mil contos), destinado ao financiamento de um projecto de modernização da produção adubeira.

Este projecto, avaliado em 242 milhões de dólares (aproximadamente dez milhões e 890 mil contos), prevê a construção de uma fábrica de amoniaco, com uma capacidade de 900 toneladas/dia, e de duas fábricas de ácido nítrico, com uma capacidade diária de 360 toneladas cada, além da modernização de uma fábrica de ureia e de uma outra de nitrato de amónio.

O empréstimo do Banco Mundial foi concedido por um período de 15 anos, a um juro de 7,35 por cento, começando o seu reembolso a partir do quarto ano de utilização.

O referido projecto de modernização do sector de adubos — que inclui, igualmente, um estudo sobre a utilização de fertilizantes na agricultura nacional, tendo em vista aumentar

a sua eficácia e rendimento — contará também com um financiamento do Banco Europeu de Investimentos (BEI), no montante de 21 milhões de dólares (cerca de 945 mil contos).

DEPUTADOS VISITARAM A HOLANDA

A posição de Portugal na NATO e a futura integração do nosso País na Comunidade Económica Europeia foram os principais assuntos debatidos na Holanda por uma delegação parlamentar portuguesa, que durante cinco dias visitou aquele país, a convite das duas câmaras do Parlamento holandês.

Durante a sua estada na Holanda, a delegação portuguesa — chefiada pelo vice-presidente da Assembleia da República, António Arnaut — foi recebida pelo primeiro-ministro Van Agte, teve conversações com o secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, Van der Mei, e reuniu com as comissões parlamentares holandesas da Defesa e dos Negócios Estrangeiros.

Em Haia, a delegação teve ainda um encontro com membros da comunidade portuguesa ali residente, durante o qual foram discutidas diversas questões respeitantes à actual realidade política do nosso País.

No âmbito desta visita, o chefe da delegação portuguesa foi também recebido pelo secretário de Estado da Saúde do Governo holandês e visitou uma unidade hospitalar, tendo-lhe sido prestadas informações sobre o funcionamento do sistema de segurança social que é praticado nos Países Baixos.

Além de António Arnaut, fizeram parte desta delegação os deputados António Reis, Monteiro de Aguiar e Avelino Zinha, do PS, Carvalho Ribeiro e Olívio França, do PSD, Ângelo Vieira e Malhó da Fonseca, do CDS, e Manuel Gusmão e Joaquim Felgueiras, do PCP.

VICE-PRESIDENTE DA CEE EFECTUOU CONTACTOS EM LISBOA

«Não sou um profeta, mas penso que as negociações de ingresso de Portugal na Comunidade Económica Europeia deverão, se os trabalhos decorrerem como se prevê, estar concluídas no prazo de dois anos», afirmou o vice-presidente da Comissão Executiva da CEE, Lorenzo Natali, numa conferência de imprensa realizada em Lisboa.

grupos parlamentares, sindicatos e entidades patronais.

No referido encontro com os jornalistas, o vice-presidente da CEE desmentiu a existência de quaisquer anomalias nas negociações em curso, sublinhando o bom andamento dos trabalhos, os quais, segundo declarou, deverão permitir lançar proximamente «uma acção conjunta» tendente ao «saneamento da economia portuguesa».

Lorenzo Natali acentuaria, no entanto, que «a contribuição portuguesa apenas poderá atingir plena eficácia desde que consigamos resolver em conjunto os problemas fundamentais com que ela se debate». «Nas nossas negociações», acres-



O general Ramalho Eanes com Lorenzo Natali, no Palácio de Belém.

No decurso da visita de três dias que efectuou à capital portuguesa, no âmbito das negociações para a adesão do nosso País ao Mercado Comum, Lorenzo Natali avistou-se com o Presidente da República, general Ramalho Eanes, e teve conversações com o primeiro-ministro, prof. Mota Pinto, e com o vice-primeiro-ministro para os Assuntos Económicos e Integração Europeia, prof. Jacinto Nunes, contactando ainda com o presidente da Assembleia da República, representantes dos

centou, «é importante especificar as condições que permitirão a integração harmoniosa da economia portuguesa na economia da Comunidade. Tais condições serão preenchidas num período de transição que não poderá ser curto, mas que, por outro lado, não poderá ser indeterminado ou implicar prorrogações permanentes, pois se fosse demasiado longo, correr-se-ia o risco de acabar com um poderoso elemento estimulador capaz de uma recuperação».

PORTUGAL E O CONSELHO DA EUROPA

O embaixador de Portugal junto do Conselho da Europa assinou, em Estrasburgo, três convenções que entrarão em vigor após a sua ratificação pela Assembleia da República e que se relacionam com o pluralismo de nacionalidade, vigilância dos indivíduos condenados e imunidade quanto a actos praticados perante o Tribunal ou a Comissão Europeia dos Direitos do Homem.

A primeira convenção prevê que um cidadão maior de um país membro do Conselho da Europa que tenha adquirido voluntariamente a nacionalidade de um outro país congregado naquele organismo, não poderá manter a nacionalidade anterior. Esta convenção prevê, igualmente, que os titulares das duas ou mais nacionalidades só são obrigados a prestar serviço militar num dos países.

A convenção sobre a vigilância dos condenados ou libertados sob condição prevê a possibilidade dos mesmos serem autorizados a abandonar o território em que foram julgados na condição de a sua vigilância ser praticada pelas autoridades do país para onde se pretendam deslocar.

A última das referidas convenções prevê a imunidade em relação aos actos praticados perante o Tribunal ou a Comissão Europeia dos Direitos do Homem pelos participantes (advogados, requerentes, testemunhas e peritos).

Jorge Sampaio na Comissão Europeia dos Direitos do Homem

O dr. Jorge Sampaio foi eleito representante de Portugal na Comissão Europeia dos Direitos do Homem, numa votação do «comité» de ministros do Conselho da Europa.

A referida Comissão tem 21 membros — tantos quantos os

países membros do Conselho da Europa — e a sua principal função é apreciar a admissão de petições sobre alegadas violações daqueles direitos.

A delegação portuguesa tinha apresentado como candidatos ao lugar, além de Jorge Sampaio (PS), os drs. Armando Bacelar (PS) e Rui Manchete (PSD).



Dr. Jorge Sampaio

A Comissão Europeia dos Direitos do Homem é actualmente presidida pelo britânico James Fawcett e reúne-se no Palácio dos Direitos do Homem, em Estrasburgo.

PORTUGAL E O JAMAICA ESTABELECEM RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS

Portugal e a Jamaica estabeleceram relações diplomáticas a nível de embaixador, segundo foi anunciado num comunicado conjunto divulgado simultaneamente em Lisboa e Kingston.

No referido documento os governos dos dois países manifestaram a convicção de que tal decisão «contribuirá para o desenvolvimento de laços comerciais, económicos, culturais e outros, mutuamente vantajosos, no interesse do fortalecimento da paz e cooperação internacionais e da aplicação dos princípios de direito internacional reguladores das relações entre Estados».

PORTUGAL EM DESTAQUE NAS VOTAÇÕES DA ONU

Um gabinete de consultores ligado às Nações Unidas colocou Portugal na lista dos países que mais adequadamente exerceram o seu direito de voto na Assembleia Geral do ano passado. De acordo com a classi-

tivas em áreas políticas de grande significado, tais como o desarmamento, a segurança internacional e a paz no mundo, os direitos do homem e a descolonização, a justiça social, a igualdade económica, a preservação do meio ambiente e o reforço das Nações Unidas.

De acordo com determinados padrões, o citado gabinete dividiu em três tipos (errado, correcto, sem interesse) os sentidos das votações de todos os membros da Assembleia Geral.



ficação do referido gabinete, Portugal, Áustria, Finlândia e Suécia foram os únicos membros das Nações Unidas que votaram de forma inteiramente correcta ao longo das sessões da 33.ª Assembleia Geral da Organização.

A este resultado de 100 por cento, seguiu-se o de 98 por cento atribuído às ilhas Fiji, 95 por cento ao Chile, Islândia, México, Nova Zelândia e Panamá e 90 por cento às Bahamas, Costa Rica, Honduras, Japão e Noruega.

O critério foi elaborado com base em vinte das mais importantes resoluções votadas ao longo do ano. Foram escolhidas as resoluções mais representa-

Os membros permanentes do Conselho de Segurança, cujas votações são usualmente decisivas na ONU, obtiveram as seguintes percentagens: Reino Unido, 82; França, 78; Estados Unidos, 58; União Soviética, 40; e China, 32 por cento.

As percentagens mais elevadas foram atingidas, globalmente, pelos países do Norte da Europa: Finlândia e Suécia com 100 por cento (tal como Portugal), Islândia com 92, Noruega com 90 e Dinamarca com 88 por cento.

Em idênticos estudos elaborados nos últimos anos, Portugal havia obtido 88 por cento de votos correctos em 1976 e 92 por cento em 1977.

EXPOSIÇÃO «PORTUGAL» EM DIGRESSÃO

A exposição «Portugal», que no ano passado esteve patente em Paris, no Museu das Crianças, durante sete meses, registando assinalável êxito, encontra-se presentemente em digressão. Assim, depois de ter sido apresentada no Luxemburgo, esta exposição, segundo o programa estabelecido pelos organizadores, foi mostrada sucessivamente nas cidades de Bordéus, Perigueux e Limoges. «Portugal» estará ainda em Tullés, até ao princípio de Maio, Brives e Feyzin (em Junho), Estrasburgo (de 1 de Novembro a 15 de Dezembro) e Le Mans (durante as duas últimas semanas de Dezembro).

Recorda-se que esta iniciativa contou com a colaboração de instituições e organismos culturais portugueses e franceses, tendo sido apoiada por departamentos de Estado dos dois países. Primordialmente destinada às crianças, a exposição «Portugal» tem como principal objectivo divulgar aspectos do nosso País, e engloba um vasto leque de temas — arquitectura tradicional, gastronomia, emigração, geografia, folclore, artesanato e tradições populares para só citar alguns —, bem documentados num excelente «dossier-catálogo» que, para os visitantes, preenche a função de «guia», e pode igualmente ser utilizado como material didáctico de apoio para trabalhos escolares.

ÊXITO DE ÁLVARO CASSUTO NOS ESTADOS UNIDOS

O maestro Álvaro Cassuto obteve um êxito vulgar no decurso de uma digressão pelos Estados Unidos, onde dirigiu algumas das mais importantes orquestras norte-americanas.

Referindo-se à actuação do maestro português à frente da Orquestra Sinfónica do Arizona, num concerto realizado na cidade de Tucson, o crítico e musicólogo Lawrence Cheek escreveu: «Cassuto é o melhor chefe de orquestra que aqui dirigiu nos últimos cinco anos.



Maestro Álvaro Cassuto

Sob a sua direcção a orquestra deu um dos concertos tecnicamente mais perfeitos e musicalmente mais conseguidos».

O programa do referido concerto incluía ao abertura «Carnaval Romano», de Berlioz, o «Segundo Concerto para Violino», de Prokofiev, e a «Segunda Sinfonia», de Brahms, cuja execução aquele crítico norte-americano classificou de «espantosa».

Também o crítico Kenneth La Fave acentuou o êxito do maestro português — um dos mais reputados regentes de orquestra do nosso País —, descrevendo a sua actuação como tendo «um calor e uma profundidade de interpretação sem paralelo».

No prosseguimento desta digressão pelo EUA, Álvaro Cassuto dirigiu outras orquestras em concertos realizados na Universidade da Califórnia e nas cidades de Providence e Los Angeles.

A SITUAÇÃO DOS EMIGRANTES EM FRANÇA



Dr. Paulo Ennes, secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Emigração.

«Os emigrantes portugueses em França mostraram-se profundamente preocupados relativamente à nova regulamentação sobre a permanência de cidadãos estrangeiros naquele país», declarou o secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Emigração, Paulo Ennes, ao regressar de Paris, onde se deslocou oficialmente.

De acordo com essa nova regulamentação — que necessita da aprovação da Assembleia francesa —, as licenças de estadia não vão além de três anos. Caso esta orientação venha a ser adoptada, «ela não só comportaria graves problemas para os portugueses radicados em França, como também para o nosso País, dado que o mercado de trabalho em Portugal atravessa a grave crise que todos conhecemos», frisou o secretário de Estado.

Durante a sua permanência em Paris, Paulo Ennes teve reuniões de trabalho com todos os cônsules portugueses em França e avistou-se com autoridades francesas ligadas à Emigração e Negócios Estrangeiros, tendo ainda participado em encontros com representantes de associações de emigrantes portugueses.

Antecedendo esta deslocação oficial do secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Emigração, realizara-se, em Paris, uma reunião entre técnicos portugueses e franceses, com o objectivo de examinar diversas questões relacionadas com a aplicação do Acordo sobre Emigração que os dois países assinaram em 1977. Entre os assuntos debatidos nesta reunião — que se efectuou a pedido do Governo português —, salientam-se os respeitantes à escolarização das crianças portuguesas residentes em França, permanência, emprego e formação profissional dos nossos emigrantes e apoio às associações de portugueses naquele país.

No que se refere ao ensino do português em França, ficou decidido que o Governo francês, através do Fundo de Acção Social, irá conceder ao nosso País uma subvenção de 1 milhão e 500 mil francos destinada à realização de um programa de divulgação da língua portuguesa,

no qual participarão 50 animadores portugueses.

Neste âmbito, foi ainda anunciado que o Ministério da Educação e Investigação Científica nomeou já mais 10 professores para leccionarem em França estando previsto, que para o ano lectivo de 1979/80 sejam nomeados, com o mesmo objectivo, mais 90 docentes do ensino básico.

Quanto à possível entrada em vigor, em França, da nova regulamentação sobre o trabalho de estrangeiros — a qual irá condicionar, designadamente a renovação das autorizações de residência —, a delegação francesa informou que ainda não foi tomada uma decisão definitiva sobre este assunto pelo seu Governo, e assegurou que o Acordo luso-francês sobre Emigração será certamente tomado em conta se a referida regulamentação for aprovada. Por outro lado, continuarão a ser concedidas licenças de trabalho a filhos de emigrantes, desde que os jovens provem possuir dois anos de escolaridade em França e os seus pais residam naquele país há mais de quatro anos.

Tendo-se constatado uma diminuição no número de emigrantes portugueses que frequentam cursos ou estágios de formação profissional, a delegação francesa a esta reunião considerou que tal facto se deve à insuficiente informação dos trabalhadores portugueses sobre as possibilidades que, em França, lhes são oferecidas neste domínio. Para a resolução deste problema, o Governo francês apresentou um plano de acção, já aprovado pelo Fundo de Acção Social, e que inclui, entre outras medidas, a divulgação de folhetos informativos sobre programas de formação profissional através das 400 associações portuguesas existentes em França.

«DIA DE PORTUGAL, DE CAMÕES E DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS» COMEMORADO EM VILA REAL



Vila Real: um aspecto da cidade

Vila Real será este ano o local das comemorações do «Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas», revelou o presidente da Câmara Municipal daquela cidade, Armando Moreira.

Na escolha de Vila Real para centro das referidas comemorações teve influência determi-

nante o facto daquela região ser uma das que apresenta maiores índices de emigração no norte do País, acrescentou o presidente da edilidade. A respectiva candidatura havia sido apresentada à comissão organizadora do «Dia de Portugal» em Novembro do ano passado.

«ASSOCIAÇÃO DE ESTUDOS E AMIZADE COM OS POVOS E COMUNIDADES DE LÍNGUA PORTUGUESA»

A recém-formada «Associação de Estudos e Amizade com os Povos e Comunidades de Língua Portuguesa» (ACELP) divulgou uma «circular de apresentação» na qual se define como «Associação dos que se sentem cultural e solidariamente ligados entre si pelo facto de falarem a língua portuguesa e de a entenderem como valor a

preservar e difundir, pelo que ela representa como instrumento de cultura e de comunicação humana e universalista». Nesta circular, a ACELP salienta que não é «veiculadora de quaisquer ideários políticos» mas apenas uma associação vocacionada para, através de diversas iniciativas e contactos com governos ou outras entidades

dos vários países, aprofundar um entendimento cada vez maior «entre os povos e comunidades de língua portuguesa».

Segundo foi anunciado, uma das primeiras iniciativas desenvolvidas pela ACELP foi a de solicitar ao Governo do Canadá, através do embaixador

canadiano em Lisboa, que sejam levantadas as restrições impostas aos aviões portugueses no que respeita à utilização do aeroporto de Toronto, restrições que aquela associação considera serem contrárias aos «interesses dos portugueses radicados naquela região».

SECRETARIADO DIOCESANO DAS MIGRAÇÕES

Teve lugar no Santuário de Fátima o «XIII Encontro Nacional dos Secretariados Diocesanos das Migrações», que visou a preparação da «VII Semana Nacional das Migrações», a realizar de 12 a 19 de Agosto

próximo. Naquela reunião foram tratados, designadamente, os problemas de assistência religiosa aos emigrantes, bem como problemas relacionados com as crianças cujos pais emigram.



Começou já a circular uma nova emissão de selos de homenagem ao emigrante português. Trata-se de um selo de 5500, com tarja fosforescente do qual foram feitos 5 milhões de exemplares, um de 14500, com emissão de um milhão de unidades e, finalmente, um outro de 17500 com 500 mil exemplares emitidos. Trata-se de uma simpática e merecida homenagem dos CTT a todos os portugueses que trabalham no estrangeiro.

ÁFRICA DO SUL

ENSINO DE PORTUGUÊS EM ESCOLAS OFICIAIS

A título experimental, estão a funcionar cursos de língua e cultura portuguesa em escolas oficiais da África do Sul. Estes cursos destinam-se às crianças portuguesas residentes naquele país, que, ao mesmo tempo, frequentam estabelecimentos de ensino sul-africanos.

Os referidos cursos funcionam em cinco escolas da região do Transval, em quatro da ci-

dade de Joanesburgo e numa de Vanderbijlpark, e são ministrados por 10 professores portugueses, admitidos em concurso realizado para o efeito.

Neste primeiro ano lectivo estão a funcionar cursos da primeira à sexta classes, que correspondem ao Ensino Básico praticado em Portugal, tendo os alunos quatro horas de aulas por semana.

NOVO «RING» DE PATINAGEM DO APF

O APF, de Vanderbijlpark, inaugurou o seu «ring» de patinagem, que constitui a primeira fase de um futuro com-

plexo desportivo. A cerimónia de inauguração decorreu em ambiente festivo e de confraternização, reunindo desportistas sul-africanos e portugueses ali residentes, de vários clubes e associações, e contou com a presença do presidente da Federação Sul-Africana de Patinagem e do presidente interino da Associação de Hóquei em Patins do Transval, António Cidrais.

A cerimónia iniciou-se com um desfile de «embaixadas» de outras agremiações desportivas, destacando-se, entre os estandartes, o da Federação Sul-Africana de Ciclismo, empunhado pelo jovem ciclista Rui Torres, português radicado em Vereening.

ALEMANHA FED.

CENTRO RECREATIVO PORTUGUÊS DE FRONDENBERG

Neste centro de portugueses radicados na RFA formou-se, desde há algum tempo, um rancho folclórico — que inclui alguns elementos infantis — dedicado à interpretação de danças e cantares do Ribatejo e da Madeira. Este rancho encontra-se à disposição para actuar em festas promovidas por associações ou agremiações da comunidade portuguesa local. Para tal, os interessados deverão contactar aquele Centro pelo telefone n.º 023-7149, ou no seguinte endereço: Centro Português, Auf dem Sodenkamp, 14-5758 Frondenberg/Ruhr. Se porventura o contacto for efectuado num fim-de-semana, os interessados poderão falar directamente com o senhor Alcides Costa Pereira, Engelberstr. 5 — Frondenberg (tel. n.º 02373-76293) a partir das 16 horas.

ARGENTINA

«JUVENTUDE PORTUGUESA» E OS «PAULITEIROS»

Integrados no programa de festejos realizados na cidade argentina de Caseros pela comunidade italiana, em honra do Apóstolo São Bartolomeu, os agrupamentos folclóricos portugueses «Juventude Portuguesa» e «Os Pauliteiros» ofereceram à numerosa assistência uma brilhante actuação. O sucesso destes grupos no espectáculo realizado no «Clube Círculo Italianos Unidos» (onde decorreram os festejos) foi de tal modo notável que a direcção daquela agremiação italiana elevou para o dobro a retribuição anteriormente ajustada com ambos, tendo ainda renovado o contrato para actuação nos festejos do próximo ano.

Portuguese portrait gallery

Portraits of Portuguese families

The Portuguese are an indomitable, ambitious people who have made significant contributions to the development of the country's economy, not only in commerce but in the construction field, medicine, art, education.

The city is teeming with restaurants and bistros and continental open house restaurants. A small number of foreign acts are in the first phase of advertising.

There are the healthy set faces — the British, the Dutch, the German, the American and the French. All are engaged in the search for their country's general good and progress. The men in their clothing, Latin and Greek, together, are in various areas and in 1 hour, English, these families have formed an open language group, but in schools the Russian and British and speak their English.

THE WOMAN PORTUGUESE in South Africa

O Jornal «Star», que se publica na África do Sul, dedicou recentemente um suplemento à numerosa comunidade portuguesa ali residente. Para o efeito, aquele periódico contou com a colaboração do Consulado Geral de Portugal na cidade de Joanesburgo.

O referido suplemento, intitulado «The Portuguese in South Africa», analisava e descrevia diversas personalidades, de nacionalidade portuguesa, que se têm destacado na vida económica e social sul-africana além de incluir vários artigos sobre o associativismo e as tradições populares dos portugueses.

ESTADOS UNIDOS

EXITO DO
CONJUNTO MUSICAL
«MARS»

Um grupo de jovens portugueses radicados nos EUA desde há alguns anos, formaram um conjunto de música «rock» que se intitula «Mars».

Os sete componentes do grupo, com idades compreendidas entre os 17 e os 26 anos, estão empregados nos mais diversos sectores profissionais, à excepção de um, que é estudante na cidade de Fall River.

Recentemente, o grupo actuou em Ponta Delgada com o objectivo de divulgar naquela cidade «uma mensagem de um elevado número de pessoas que ainda se lembram da terra onde nasceram», conforme acentuou um dos elementos do «Mars», durante a sua estadia nos Açores.

Além de interpretar peças de «rock», o vocalista do grupo, Jorge Ferreira, dedica-se também ao folclore nacional e ao fado-canção.

O insólito do grupo «Mars» reside no facto de, apenas com um ano de existência, já ter conseguido alguns êxitos e um efectivo apoio das comunidades portuguesas nos EUA. Bastará referir, a propósito, que, de uma só vez, conseguiram juntar duas mil pessoas num dos seus espectáculos, para além, evidentemente, de já terem gravado um LP (uma face com música americana e outra com música portuguesa).

FRANÇA

DISTINÇÃO
PARA O
«JORNAL DO FUNDÃO»

A Associação Portuguesa do Condado Mauleonais, de Mauléon Deux-Sèvres, nomeou seu sócio de honra o semanário

«Jornal do Fundão». Esta decisão, que foi tomada por maioria, ficou-se a dever à maneira «como o JF defende os interesses dos Emigrantes, com a verdade nua e crua, e que os nossos Governos demoram a compreender de forma mais eficiente», conforme se refere no ofício que a citada Associação enviou ao conhecido semanário regional.

GRUPO
FOLCLÓRICO
«ALEGRIA»

Organizado por este agrupamento e contando com a presença do presidente do município de Champigny, região parisiense onde existe grande concentração de emigrantes por-

tugueses, foi levada a efeito uma tarde de folclore português em que participaram, além do grupo promotor, diversos ranchos pertencentes, respectivamente, às associações «Aldeias de Portugal» de Fontenay s/Bois, «Promar» de Valenton, «Rosa dos Ventos» de Aulnay-sur-Bois e «Portugueses de Viana do Castelo» de Vitry.

O espectáculo, que se realizou na sala «Gerard Phillipe», foi admirado por mais de um milhar de espectadores, na sua maioria portugueses.

LUXEMBURGO

RANCHO FOLCLÓRICO
DE GOUVEIA

A fim de representar Portugal no «Grande Festival Inter-

nacional de Mersch», no Luxemburgo, o Rancho Folclórico de Gouveia deslocar-se-á no próximo mês de Julho àquele país.

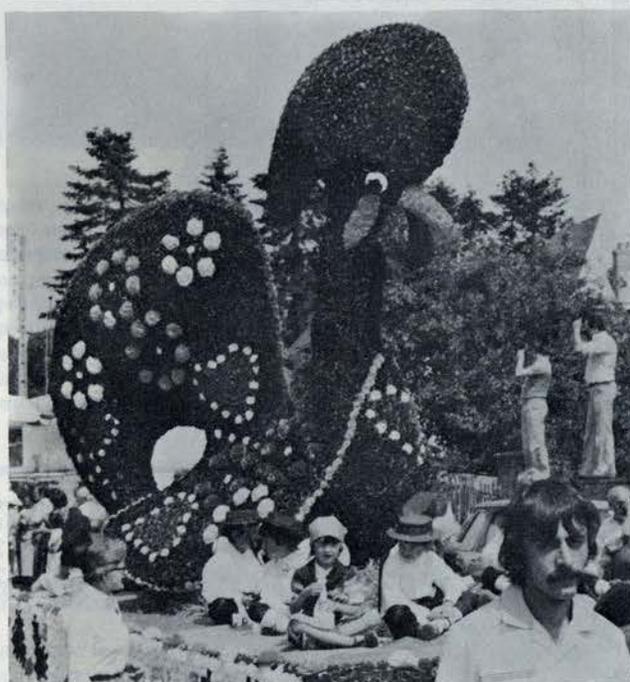
No decurso desta viagem, o Rancho de Gouveia poderá vir a actuar para os portugueses residentes em Bayonne e em Paris, devendo ainda participar em programas da TV francesa e luxemburguesa.

VENEZUELA

MAX
HOMENAGEADO
EM CARACAS

O popular artista Max foi homenageado em Caracas, durante uma festa promovida pelo Centro de Turismo de Portugal na Venezuela e que contou com a participação de Jorge Fontes, Luís Tomar, Túnia, Grupo Folclórico «Os Cinco de Portugal», Dário de Barros e Madalena Iglésias, conhecida cançonetista que se encontra, desde há algum tempo, a residir naquele país latino-americano, onde vivem muitos portugueses de origem madeirense.

Recorda-se que, recentemente, Max havia sido homenageado na Madeira, onde nasceu, por iniciativa do Governo Regional.



O Comité organizador das Festas de Gouzou, que no ano passado tiveram a colaboração da comunidade portuguesa residente na região, manifestou o seu interesse em poder contar de novo, para as Festas deste ano, com a participação dos nossos compatriotas. Recordamos, a propósito, que, em 1978, o tradicional desfile de carros alegóricos das Festas de Gouzou incluía um dedicado a Portugal, com um colossal «galo de Barcelos», meticulosamente «fabricado» com flores e que, com todo o merecimento, despertou o interesse geral.

NOVOS BENEFÍCIOS SOCIAIS PARA OS EMIGRANTES PORTUGUESES EM FRANÇA



Dr. Vitor Melícias Lopes

ENTREVISTA COM O PRESIDENTE DA CAIXA CENTRAL DOS TRABALHADORES MIGRANTES

A Segurança Social tem um papel cada vez mais importante na vida dos trabalhadores, constituindo um tema permanentemente em foco. Tendo-se realizado em Paris, em data recente, a 4.ª Reunião da Comissão Mista Luso-Francesa de Segurança Social, decidimos entrevistar o Dr. Vitor Melícias Lopes, presidente da Caixa Central dos Trabalhadores Migrantes, que chefiou a delegação portuguesa.

Dado o particular interesse deste tema para os nossos leitores, quer referir-se à importância da Comissão Mista Luso-Francesa de Segurança Social e aos resultados concretos da reunião agora realizada?

Com muito gosto. Até porque da minha experiência de 4 anos na Caixa Central e no sector da Segurança Social Internacional, ficou-me a convicção de que os direitos e benefícios de

Segurança Social devem ser, cada vez mais, objecto de permanente informação a quem trabalha ou já trabalhou, sobretudo no estrangeiro. Já lá vai o tempo em que o salário directo era o único meio de subsistência e a única garantia de segurança dos trabalhadores.

Hoje, quase tão importantes como o salário são as formas de protecção que os países evoluídos concedem nas situações de doença, maternidade, inva-

lidez, velhice, sobrevivência, acidentes de trabalho e doenças profissionais, desemprego, encargos familiares, etc., que cada Estado garante através das suas leis e sistemas de Segurança Social.

Ora como essas leis geralmente se aplicam apenas no território de um Estado ou só aos seus nacionais, é preciso encontrar formas de garantir que os direitos sociais dos trabalhadores não sejam afectados pelo facto de trabalharem num ou em vários países estrangeiros.

É, por isso, prática internacional, felizmente cada vez mais comum, fazerem-se acordos ou convenções de Segurança Social que, coordenando as legislações de cada um dos países e vinculando as respectivas autoridades, assegurem aos tra-

balhadores os seus direitos sociais independentemente de se encontrarem num ou noutro país.

Esta Reunião decorreu, então, no âmbito da Convenção de Segurança Social luso-francesa?

Sim, de facto. Estava a fazer uma pequena introdução para lhe dizer exactamente que esta foi uma das reuniões que, desde 1975, se tem vindo a realizar todos os anos entre uma delegação portuguesa e outra francesa para se acordarem as melhores formas de aplicação e eventual actualização da chamada Convenção Geral de Segurança Social assinada pelos dois países em 1971, em substituição de uma outra que datava de 1957.



«Em matéria de abono de família conseguiu-se um aumento de 6 FF por cada filho o que representa, apesar de tudo, um aumento significativo no contexto da Convenção.»

Na óptica do que lhe vinha dizendo, esta Convenção destina-se a garantir, em igualdade de tratamento, os direitos sociais dos portugueses que trabalham em França e dos franceses que trabalham em Portugal, permitindo também, por exemplo, o pagamento de pensões francesas a que porventura tenham direito os portugueses que regressem a Portugal e vice-versa.

A Comissão Mista, tendo sido criada para tratar de certos aspectos financeiros do funcionamento da Convenção, acabou por assumir uma importância prática muito grande não só porque a Convenção abrange cerca de 800.000 portugueses residentes em França, não contando com os familiares abrangidos que residem em Portugal, mas também porque para além dos aspectos para que foi criada, a Comissão tem desenvolvido importante papel na dinamização e constante actualização das regras e do texto convencional.

Pode dar-nos exemplos dessa actividade?

Por exemplo, nesta 4.ª Reunião que acaba de ter lugar em Paris (as reuniões são alternadamente cá ou lá), foram negociados e rubricados, para assinatura por ambos os Governos, um «Protocolo Complementar», que irá permitir a concessão aos

trabalhadores portugueses do subsídio suplementar do «Fonds National de Solidarité», bem como um «Acordo Adicional» à Convenção que, entre outras inovações, actualiza as regulamentações em matéria de pensões de velhice e sobrevivência permitindo para o futuro não só, em alguns casos, melhorias do montante das futuras pensões como também a possibilidade do seu mais rápido pagamento aos interessados.

Em matéria de «abono de família» conseguiu-se um aumento de 6 FF por cada filho o que representa apesar de tudo um aumento significativo no contexto da Convenção. Além disso, a França vai conceder a partir de Outubro próximo, pela primeira vez a qualquer país e por enquanto ainda a título experimental, o abono de família até aos 20 anos aos descendentes de portugueses que prossigam estudos em Portugal.

Por último procedeu-se à regularização de contas dos gastos feitos com assistência médica aos trabalhadores e seus familiares no referente aos anos de 1966 e 1967, as quais, com um adiantamento por conta de 1979, se fixaram num crédito de 250 mil contos a receber de imediato por Portugal.

Desta 4.ª reunião da Comissão Mista resultaram, portanto, vantagens tanto para os emigrantes como para o país?

Sem dúvida. Aliás as vantagens dos trabalhadores são as do país e as do país são, ou deviam ser, as dos trabalhadores...

Bom, mas o que importa é que estes tenham os seus direitos garantidos e permanentemente renovados.

Os emigrantes têm participado nas reuniões da Comissão Mista para defenderem os seus direitos?

Sem dúvida, essa participação e empenhamento é essencial. Mas obviamente que parti-

cipar na defesa dos direitos não significa tomar parte directa em todas as reuniões em que se trata desses direitos.

Aliás, em casos como este, a participação directa dos trabalhadores deve dar-se na fase de preparação das negociações e dos «dossiers» e não propriamente à mesa da negociação. Até porque uma negociação internacional é um trabalho de

não da Comissão Mista, bem como das três anteriores, foi elaborada tendo em atenção os resultados de um inquérito escrito feito em França e da participação de dois funcionários da Caixa em diversas reuniões para o efeito realizadas em França.

Além disto, julgo que os emigrantes devem estar devidamente representados nas institui-



«A França vai conceder, a partir de Outubro próximo, (...) o abono de família até aos 20 anos aos descendentes de portugueses que prossigam estudos em Portugal.»

carácter técnico especializado que, julgo, não tirará vantagens práticas do facto de à mesa se sentarem os interessados directos.

Outra coisa bem diferente e, essa sim, imprescindível é a ampla auscultação dos trabalhadores na fase preparatória de qualquer negociação.

Neste espírito, desde 1975 que tem sido prática normal abrir as negociações internacionais de Segurança Social à participação dos nossos emigrantes através de inquéritos escritos, reuniões de esclarecimento e auscultação nas embaixadas, consulados e centros... Foi assim, por exemplo e apenas para citar algumas daquelas em que participei pessoalmente, no caso da Noruega, Suécia, Luxemburgo, Canadá, Inglaterra... A própria agenda desta 4.ª Reu-

ções e organismos que se dedicam a estudar e garantir a defesa dos seus direitos (é o caso por exemplo da Caixa Central onde 2 dos 4 membros da Comissão Administrativa são designados pela Secretaria de Estado da Emigração em representação dos emigrantes ou dos seus interesses).

Outra forma de participação extremamente importante, e para a qual apelo, consiste em fazerem chegar ao conhecimento das suas Associações, dos assistentes sociais, delegações da Secretaria de Estado da Emigração e sobretudo da Caixa Central dos Trabalhadores Migrantes as preocupações e dificuldades que vão encontrando em matéria de Segurança Social. E isto tanto no caso da França, de que hoje falamos, como no dos outros países. ■

ALGUMAS INFORMAÇÕES SOBRE SEGUROS

Pelo interesse de que este assunto se reveste, transcrevemos a seguir, na íntegra, o texto de um folheto informativo da série «Interessa Saber» (N.º 8), editado pelos Serviços de Programação e Apoio da Embaixada de Portugal em Paris (6, Passage Dombasle — 75015-Paris/Telef.: 533.95.95).

Apesar destas informações se referirem concretamente à actividade seguradora em França, as mesmas poderão ser úteis de igual modo para os leitores residentes noutros países, uma vez que a legislação e os regulamentos internacionais sobre o assunto são muito semelhantes. Para a obtenção de informações complementares e específicas sobre um determinado caso, convirá, no entanto, contactar o Consulado de Portugal da sua área de residência.

São muitas as dificuldades que os emigrantes encontram quando se trata de assinar um contrato, de fazer um seguro, de o anular ou de ser indemnizado.

Em consequência do desconhecimento da língua e da legislação, os emigrantes são, por vezes, vítimas de prospectores menos honestos.

Na impossibilidade de abordar todos os aspectos relativos às normas dos seguros, damos aqui algumas informações com a finalidade de alertar os nossos compatriotas para algumas regras fundamentais.

Para isso, utilizamos a documentação do «Centre de Documentation et d'Information de l'Assurance» (2, Rue de La Chaussée d'Antin, 75009 - Paris/Tel.: 824.96.12) que fornece toda a documentação sobre seguros a quem a solicitar.

O que é um contrato de seguro?

O contrato de seguro é um acordo estabelecido entre uma companhia de seguros e um segurado.

A companhia compromete-se a cobrir os riscos previstos pelo contrato (apólice de seguro; em francês «police»), se estes ocorrerem.

Por seu lado, o segurado compromete-se a pagar o prémio (taxa) anual e a respeitar a duração prevista pelo contrato.

Ler o contrato antes de assinar

Antes de se assinar um contrato, seja ele qual for e para o que for, deve-se lê-lo

sempre atentamente para ver se contém todos os pontos previstos sem terem sido alterados.

Em geral, os contratos de seguro da casa (contra o incêndio, roubo, etc.), de seguros de vida, etc., são feitos através dum empregado da companhia que aparece em casa dizendo que é enviado pelo proprietário, pela Prefeitura ou por um Ministério, para fazer um inquérito. Depois de algumas questões propõem um seguro.

Se a pessoa aceita, preenchem logo uma proposta de seguro e pedem um sinal ao segurado. **Este sinal não deve ser dado.** A proposta é enviada para a companhia que, depois, manda um contrato definitivo ou seja a «apólice de seguro» (artigo 7 da Lei de 13 de Julho de 1930).

a) a apólice deve ser examinada com muita atenção e no caso de não se perceber qualquer coisa, deve-se pedir explicações a quem esteja dentro do assunto;

b) a apólice pode ser recusada desde que só se tenha assinado uma promessa de contrato (habitualmente chamada «proposta»), porque tal proposta não compromete a companhia nem o segurado, bastando para isso, que não se assinem nem se envie o duplicado que se destina à companhia;

c) entretanto, se se deu um sinal, já não se trata duma simples «proposta» de contrato mas sim dum contrato definitivo que não é possível anular.

De qualquer modo o sinal já não será reembolsado.

Por isso, **quando se assina a proposta de contrato é mais prudente não dar qualquer sinal**, esperando que a companhia envie a apólice de seguro.

Duração do contrato

A duração do contrato limita-se ao período que é indicado na «apólice».

As «apólices», em geral, com excepção dos seguros de veículos (automóveis, motos, motorizadas, bicicletas) prevêm durações diversas:

- «duração da companhia»;
- «duração da sociedade»;
- «duração dos estatutos»;
- «duração de 10 anos com tácita recondução».

Os contratos com estas menções apenas podem ser rescindidos:

- a) seis anos depois de ter entrado em vigor se tiverem sido assinados antes de 15 de Julho de 1972;

- b) três anos depois de ter entrado em vigor se forem assinados depois de 15 de Julho de 1972. Neste caso, porém, deve-se enviar o pré-aviso com três meses de antecedência.

Rescisão de contratos

A rescisão dum contrato é a cessação do contrato feita a pedido do segurado ou da companhia de seguros, nas condições previstas pela «apólice» de seguro.

Só os contratos de seguro automóvel é que têm uma duração fixa dum ano. Para os rescindir basta enviar o pré-aviso por meio duma carta registada que deve chegar à companhia antes de acabar o último mês de validade.

Os demais contratos, como já foi indicado, têm validades diversas a não ser que se exija que seja fixada a escrita na apólice a possibilidade de rescisão anual.

O contrato pode ser, no entanto, rescindido sem ter em conta as normas que se deram acima, em casos particulares:

1.º — Em caso de morte do segurado ou de venda do objecto segurado:

- a) O contrato, normalmente, prevê as normas de rescisão;
- b) Em qualquer hipótese a companhia apenas pode reclamar ao segurado uma indemnização por rescisão que não pode ser superior ao total dum ano de prémios.

2.º — Mudança de domicílio, mudança da situação matrimonial, mudança da profissão, fim de actividades:

- a) A rescisão é possível desde que o contrato cubra riscos que não se encontram na nova situação do segurado;
- b) A companhia poderá exigir ao segurado uma indemnização de rescisão mas deve fazê-lo nos três meses que se seguem ao acontecimento que modificou a sua situação.

Fixação da duração

Como, duma maneira geral, a maior parte dos conflitos que surgem entre o segurado e a companhia de seguros são originados pelo facto de se assinarem contratos sem serem analisados e sob pressão dos agentes das companhias, é de exigir sempre uma duração de um ano.

— Segundo o artigo 5 da Lei de 13 de Julho de 1930 a duração do contrato

deve ser posta em caracteres visíveis na apólice de seguro;

— A portaria ministerial de 18 de Novembro de 1966 (J. O. de 22 de Novembro de 1966), exige que se a

duração do contrato for superior a três anos, se indique bem visivelmente, essa duração, escrevendo-a logo acima da assinatura do segurado;

— A Lei de 11 de Julho de 1972 modificou sensivelmente as disposições da lei de 13.7.1930 no que diz respeito às possibilidades de rescisão, como se pode ver no mapa anexo.

TIPO DE SEGURO	RESCISÃO	COMO FAZER	TEMPO PARA PRÉ-AVISO
AUTOMÓVEL	Anualmente. Na data do aniversário da assinatura do contrato	— enviar uma carta registada (*) à companhia ou ao agente geral. — Dar o pré-aviso de viva voz à companhia ou ao agente geral, exigindo, neste caso recibo comprovativo da declaração.	— Três meses antes de terminar a data do aniversário da assinatura do contrato. — O tempo previsto pelo contrato, se este for inferior a três meses.
VIDA («Bons» de capitalização)	Quando se quiser	Basta deixar de pagar os prémios.	Não há prazo para pré-aviso. Basta deixar de pagar os prémios. A companhia enviará frequentemente uma carta de «mise en demeure» informando que o contrato é suspenso ou rescindido. No entanto não pode obrigar o segurado a continuar a pagar. Este apenas corre o risco de perder os prémios já dados se não pagou um certo tempo.
ACIDENTES CORPORAIS — INVALIDEZ — DOENÇA	a) Segundo as cláusulas do contrato, se este tiver sido assinado antes de 15 de Julho de 1972; b) de cinco em cinco anos se o contrato tiver sido assinado depois de 15 de Julho de 1972.	a) enviar uma carta registada (*) à companhia ou ao agente geral. b) dar o pré-aviso de viva voz à companhia ou ao agente geral, exigindo, neste caso, um recibo comprovativo da declaração.	a) Segundo o tempo mencionado no contrato; b) seis meses depois de terminar o contrato se este for assinado antes de 15 de Julho de 1972 e não prevê um pré-aviso inferior a seis meses.
MULTI-RISCOS — ROUBO — INCÊNDIO — ESTRAGOS CAUSADOS PELAS ÁGUAS — HABITAÇÃO — RESPONSABILIDADE CIVIL — SEGURO COMERCIAL	a) seis anos depois da assinatura se tiver sido assinado antes de 15 de Julho de 1972; b) no fim do terceiro ano depois da assinatura ou se não se fizer nessa altura, no fim do sexto ano, se tiver sido assinado a partir de 15 de Julho de 1972.	a) enviar uma carta registada (*) à companhia ou ao agente geral. b) dar o pré-aviso de viva voz à companhia ou ao agente geral, exigindo, neste caso, um recibo comprovativo da declaração.	a) Três meses antes de acabar a duração do contrato; b) o tempo previsto no contrato, se for menos de três meses.

(*) A notificação do pedido de rescisão deve ser feita por meio duma carta registada para se ficar com a prova. Essa carta registada não deve ter envelope para que o carimbo do correio fique na própria carta. Deve-se escrever numa folha, dobrá-la, colá-la, pôr a direcção e entregá-la assim no correio.

ASSINE E DIVULGUE A REVISTA
«25 de Abril/Comunidades Portuguesas»

Em 1974 enviei uma procuração para efeito de partilhas; Em 1976 obtive a cidadania britânica;

Em 1978 foi usada essa procuração para o efeito de partilhas, que decorreram no Tribunal de Beja e das quais só soube mais tarde.

Como a procuração foi usada depois de eu ter obtido a cidadania britânica, como poderei impugnar essas partilhas?

M. A. C. (Austrália)

Nos termos da legislação processual civil, a anulação da partilha judicial só pode ser decretada quando tenha havido preterição (quando o cabeça-de-casal deixe de indicar como herdeiro alguém que tem essa qualidade) ou falta de intervenção (quando posteriormente às declarações do cabeça-de-casal, alguém adquiriu a qualidade de herdeiro e não chegou a intervir no processo de inventário) de algum dos co-herdeiros e se mostre que os outros interessados procederam com dolo ou má-fé, seja quanto à preterição, seja quanto ao modo como a partilha foi preparada.

A anulação deve ser pedida por meio de acção judicial, seguindo esta a forma de processo ordinário ou sumário, conforme o valor, e é dependência do processo de inventário.

Para além de tal hipótese, existe a possibilidade do recurso extraordinário de revisão nas condições e com algum dos fundamentos previstos no Código de Processo Civil.

Dado que se torna necessário conhecer as circunstâncias em que decorreu o processo de inventário no Tribunal Judicial da Comarca de Beja, a fim de V. Exa. se inteirar da viabilidade de utilização dos meios judiciais que atrás se mencionam (informa-se que não é do âmbito de actuação desta Secretaria de Estado ocupar-se do assunto em causa), sugere-se que V. Exa. constitua procura-

Esta secção está aberta a todos os leitores. Nela inserimos, total ou parcialmente, as cartas que nos são dirigidas e as respectivas respostas — elaboradas, quando necessário, pelos Serviços Técnicos da SENE, que, simultaneamente, se encarregam de responder directamente aos interessados —, sempre que as mesmas, pelos temas que abordam, possam eventualmente interessar a outros leitores. Toda a correspondência dirigida a esta secção deverá ser dirigida para:

Revista «25 de Abril/Comunidades Portuguesas»
Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros
e da Emigração
Palácio das Necessidades — 1.º Piso
Largo do Rilvas — 1300 Lisboa — Portugal

dor (advogado) em Portugal, para tratar do caso e efectuar as diligências convenientes.

Mais se esclarece que, se a procuração enviada para efeitos de partilhas não foi revogada anteriormente à sua utilização, em 1978, no processo de inventário, o facto de V. Exa. em 1976, ter obtido a cidadania britânica não tem relevância na eficácia da mesma.

«Sou proprietário de uma casa de habitação, no nosso País, a qual foi alugada para habitação própria do inquilino; este, sem a minha autorização, decidiu na mesma montar um salão de cabeleireiro ao público.

Por este motivo recorro a V. Exa. para me informar se, por lei, posso pedir a resolução do

contrato. Sendo assim quais as vias que devo tomar?

S.A. F. (França)

Na sua qualidade de senhorio, pode, ao abrigo do art.º 1093.º, n.º 3, alínea b), resolver o contrato de arrendamento ter usado o prédio para ramo de negócio diverso daquele a que se destinava.

Porém, é necessário salientar que a lei prevê que no uso residencial de um prédio arrendado se inclua o exercício de qualquer indústria doméstica, ainda que tributada, e considera-se indústria doméstica a explorada na sua residência pelo arrendatário ou pelos familiares, contanto que não ocupe mais de três auxiliares assalariados (art.º 1108.º, n.ºs 1 e 2).

No caso de pretender intentar acção em tribunal, deverá propô-la no prazo de um ano, a contar do conhecimento do facto que lhe serve de fundamento, sob pena de caducidade.

«(...) Qual o ano em que Portugal importou cortiça, a quantidade importada e qual o país que a forneceu?

F. S. (Paris)

Para respondermos com a maior precisão à pergunta do nosso leitor procedemos a uma consulta junto do Instituto dos Produtos Florestais, cuja resposta transcrevemos:

«Junto enviamos elementos estatísticos respeitantes à importação portuguesa de cortiça

nos últimos 10 anos, conforme quadro.

A média anual de importação, no período considerado, é de 1687 toneladas, da qual 97% representam matérias-primas para a indústria, sendo os restantes 3% relativos à importação de produtos manufacturados, produtos específicos não fabricados entre nós. No que respeita à matéria-prima, 49% referem-se a prancha importada pela indústria de fabricação de rolnhas e nos restantes 51% predomina a virgem para trituração.

Os países de origem são a Espanha, Marrocos e a Tunísia para as matérias-primas, estando a Espanha em lugar de destaque com abastecedora de prancha de qualidade; o Reino Unido, a República Federal da Alemanha e a Holanda são os principais fornecedores de manufacturadas.

Refira-se ainda que, no mesmo período, em valores, a importação representa cerca de 0,8% em média, da exportação total de cortiça portuguesa e seus produtos».

IMPORTAÇÃO PORTUGUESA DE CORTIÇA (TONELADAS)

	1969	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978 (*) (Jan./Out.)
Matérias-primas para a indústria corticeira	167,7	27,2	357,3	1761,3	4594,0	3343,1	778,1	1105,2	2498,2	1667,0
Produtos manufacturados	27,4	10,3	12,5	9,2	26,9	29,4	36,5	36,6	28,7	351,0
Total	195,1	37,5	369,8	1770,5	4620,9	3372,5	814,6	1141,8	2526,9	2018,0

(*) Números provisórios, sujeito a rectificação Fonte: L.N.E.

Circuito de Cinema da SENE

DOCUMENTÁRIOS E OS SEUS AUTORES (2)

No número anterior referimos as razões que nos levaram a apresentar, nesta secção, al-

guns realizadores de filmes documentários.

Antes de prosseguirmos, gostaríamos ainda de acrescentar algo mais sobre este assunto.

O cinema, como qualquer outro meio de expressão artística, procura transmitir uma mensagem, seja ela qual for e por muito simples que seja a forma com que se apresenta.

O público prefere, em geral, o cinema de ficção, o qual se baseia normalmente numa história, muitas vezes verídica, representada por actores e obedecendo a um argumento só por si susceptível de prender a sua atenção. O cinema documental, mais verdadeiro, mais real e sem aqueles artifícios próprios do cinema de ficção, exige da parte do realizador um gran-

de cuidado na escolha do tema a tratar e na forma cinematográfica como o mesmo é apresentado, de forma a prender igualmente a atenção do público. Daí a exigência, para além do próprio tema, naturalmente, no tocante à qualidade da fotografia, do fundo musical e do texto que acompanha o filme.

CABRAL, Jorge

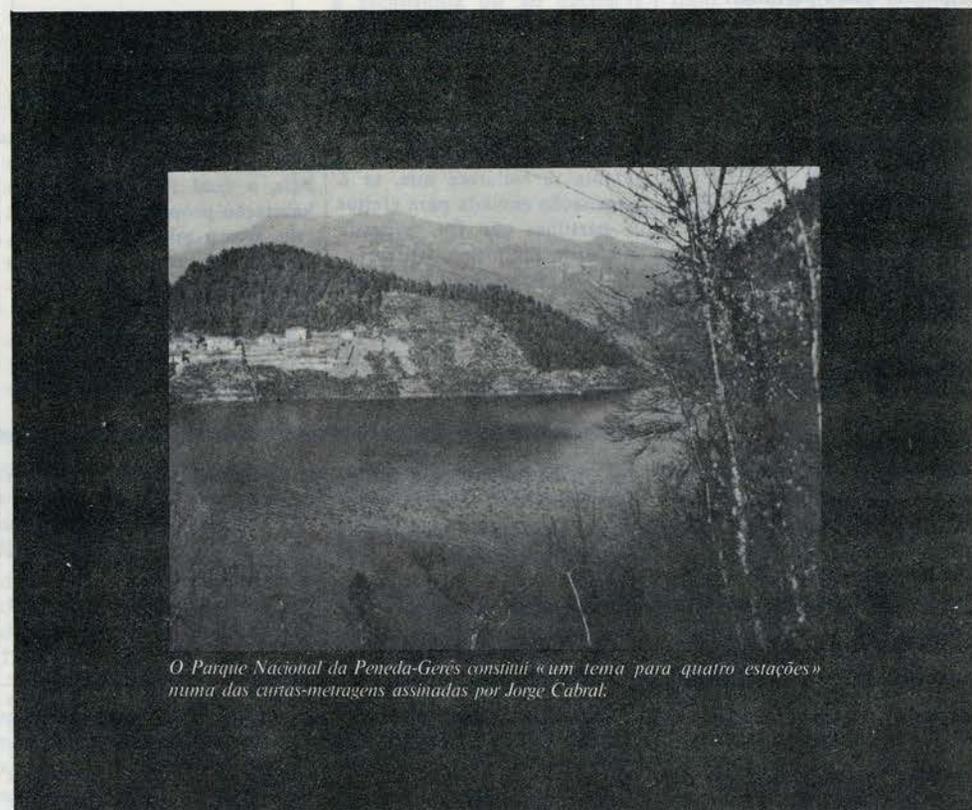


Nasceu em Lisboa em 1943. De 1961 a 1963 frequentou como aluno o Estúdio Universitário de Cinema Experimental. Depois de ter trabalhado nos Serviços Cartográficos do Exército entre 1964 e 1966, diplomou-se em Londres na «London School of Film Technique».

Fazem parte do Circuito de Cinema da SENE as seguintes curtas-metragens deste realizador:

«Peneda-Gerez, um tema para quatro estações»

Ano de produção: 1972
Fotografia: José Manuel Caixeiro (Cor)
Música: Vivaldi
Tempo de projecção: 15 min.
Tema: Turístico



O Parque Nacional da Peneda-Gerês constitui «um tema para quatro estações» numa das curtas-metragens assinadas por Jorge Cabral.

«Opção Europa»

Ano de produção: 1977
Fotografia: José Manuel Caixeiro (Cor)
Tempo de projecção: 21 min.
Tema: Político/Reportagem
(Entrada de Portugal para a CEE)

«Brasil»

Ano de produção: 1978
Fotografia: José Manuel Caixeiro (Cor)
Tempo de projecção: 20 min.
Tema: Político/Reportagem
(Visita do Presidente da República ao Brasil)

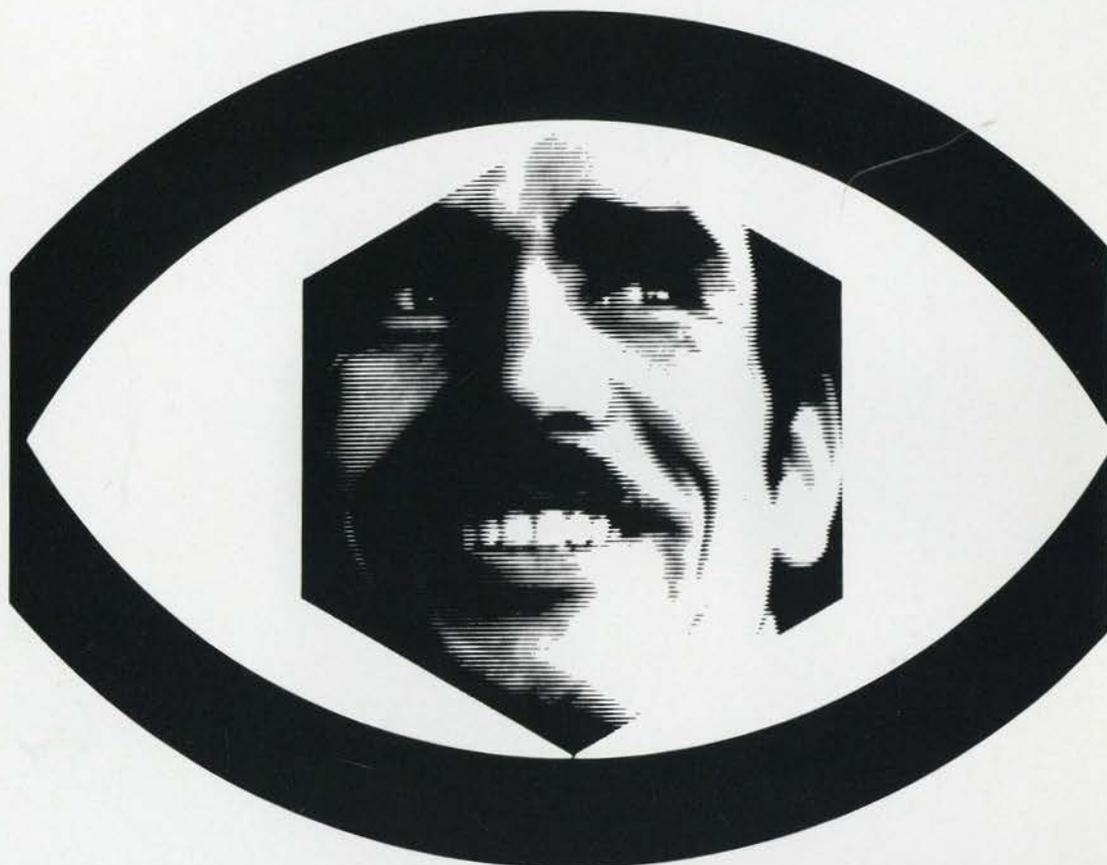
«Venezuela»

Ano de produção: 1978
Fotografia: José Manuel Caixeiro (Cor)
Tempo de projecção: 20 min.
Tema: Político/Reportagem
(Visita do Presidente da República à Venezuela)

COLABORE COM
O CIRCUITO GRATUITO DE CINEMA DA SENE
ENVIANDO-NOS AS SUAS SUGESTÕES

mosaico

**programa da TV francesa
para trabalhadores imigrados**



FR3

todos os domingos, 10.30 às 12 horas
produção ICEI (Information Culture et Immigration)

**a participação de Portugal é assegurada pela Radiotevisão Portuguesa
em colaboração com a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Emigração**

A correspondência deverá ser enviada para:

«MOSAICO»

ICEI (Information Culture et Immigration)

43 bis rue des Entrepreneurs

75015 Paris

